

JSP HOLDING S.A.

CNPJ/MF Nº 32.392.209/0001-34

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas A JSP HOLDING S.A., em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, bem como notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo (SP), em 02 junho de 2022. **A ADMINISTRAÇÃO.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			(Reapresentado nota 1.5)		(Reapresentado nota 1.5)	Circulante		(Reapresentado nota 1.5)		(Reapresentado nota 1.5)	
Caixa e equivalentes de caixa	7	130.209	41.120	1.384.551	494.130	Fornecedores	16	153	56	3.373.815	2.142.371
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	-	-	17.622.842	7.918.780	Floor plan	17	-	-	175.536	71.844
Instrumentos financeiros derivativos	6.3	275.039	-	275.186	80.380	Risco sacado a pagar – montadoras	18	-	-	-	157.923
Contas a receber	9	-	-	3.263.505	2.043.019	Empréstimos e financiamentos	19	30.012	36.142	841.359	1.497.954
Estoques	10	-	-	525.950	215.451	Instrumentos financeiros derivativos	6	303.743	-	574.994	-
Imóveis a comercializar	-	-	-	9.016	-	Debêntures	20	-	-	661.877	592.595
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	11	-	-	431.962	320.879	Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	21	-	-	118.833	131.092
Tributos a recuperar	12	172	773	328.109	166.080	Arrendamentos por direito de uso	22	-	-	197.769	103.303
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	27.3	-	-	227.643	298.451	Cessão de direitos creditórios	23	-	-	6.043	6.043
Despesas antecipadas	-	-	-	67.977	58.314	Obrigações sociais e trabalhistas	24	422	350	409.191	273.223
Dividendos a receber	28.1	113.614	36.800	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	27.3	8.854	524	54.859	19.203
Adiantamentos a terceiros	-	529	472	69.742	44.161	Tributos a recolher	-	5.031	1.470	225.999	119.766
Outros créditos	-	1.128	1.632	1.838	61.791	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28.2	127.375	39.869	277.041	100.925
		520.691	80.797	24.208.321	11.701.436	Adiantamentos de clientes	-	-	-	210.508	178.383
						Partes relacionadas	28.2	-	-	453	7.651
						Outras contas a pagar	-	-	2.775	420.729	382.758
								475.590	81.186	7.549.006	5.785.034
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	19	292.148	102.362	18.460.157	9.631.641
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	-	-	9.264	149.483	Debêntures	20	-	-	13.874.041	5.968.161
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-	58.733	334.642	Arrendamentos a pagar	21	-	-	137.126	182.314
Contas a receber	9	-	-	134.627	117.737	Arrendamentos por direito de uso	22	-	-	660.011	396.018
Tributos a recuperar	12	-	-	231.145	153.334	Cessão de direitos creditórios	23	-	-	-	6.043
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	27.3	-	-	127.733	66.664	Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-	409.000	-
Depósitos judiciais	25	-	-	103.303	75.993	Tributos a recolher	-	-	-	26.995	15.992
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.1	-	-	407.120	211.691	Provisão para demandas judiciais e administrativas	25.2	-	-	356.643	196.744
Partes relacionadas	28.1	39.309	41.921	24.736	28.324	Aterro sanitário – custo de encerramento	26	-	-	105.024	129.727
Ativo de indenização por combinação de negócios	25.2	-	-	281.432	103.783	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.1	-	-	1.076.360	676.429
Imóveis a comercializar	-	-	-	34.015	-	Partes relacionadas	28.2	-	24.645	157	212
Outros créditos	-	-	-	108.782	84.849	Outras contas a pagar	26	-	-	436.253	401.558
		39.309	41.921	1.520.890	1.326.500			292.148	127.007	35.541.767	17.604.839
Investimentos	13	2.243.058	1.236.580	33.317	19.687	Total do passivo					
Imobilizado	14	1.116	1.515	21.787.149	12.473.300	Patrimônio líquido					
Intangível	15	-	-	1.348.452	1.166.578	Capital social	29.1	422.169	422.169	422.169	422.169
		2.283.483	1.280.016	24.689.808	14.986.065	Reservas de capital	-	372.823	372.823	372.823	372.823
						Reserva de lucros	29.2	427.348	50.263	427.348	50.263
						Ajustes de avaliação patrimonial	-	30.955	30.955	30.955	30.955
						Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas	-	783.141	276.410	783.141	276.410
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		2.036.436	1.152.620	2.036.436	1.152.620
						Participação de não controladores	29.3	-	-	3.770.920	2.144.978
						Total do patrimônio líquido		2.036.436	1.152.620	5.807.356	3.297.598
Total do ativo		2.804.174	1.360.813	48.898.129	26.687.501	Total do passivo e patrimônio líquido		2.804.174	1.360.813	48.898.129	26.687.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados					
Custo de venda, locação e prestação de serviços	31	-	-	14.168.063	5.367.301
Custo de venda de ativos desmobilizados	32	-	-	(7.448.933)	(2.979.326)
	32	-	-	(2.077.780)	(1.235.593)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados				(9.526.713)	(4.214.919)
Lucro bruto				4.641.350	1.152.382
Despesas comerciais	32	-	(9)	(474.274)	(175.598)
Despesas administrativas	32	(15.355)	(5.292)	(928.406)	(312.337)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	32	-	-	(56.164)	(3.329)
Reversão de provisão para perdas de valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros	32	-	-	-	202.098
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	20.300	-	125.522	(24.477)
Resultado de equivalência patrimonial	13	549.609	169.978	(1.291)	97
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		554.554	164.677	3.306.737	838.836
Receitas financeiras	33	8.615	9.876	706.731	277.575
Despesas financeiras	33	(49.313)	(4.728)	(2.031.564)	(592.304)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade		513.856	169.825	1.981.904	524.107
Imposto de renda e contribuição social - corrente	27.2	(19.282)	(1.956)	(166.353)	(80.138)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	27.2	-	-	(472.229)	(58.301)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(19.282)	(1.956)	(638.582)	(138.439)
Lucro líquido do exercício		494.574	167.869	1.343.322	385.668
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		494.574	167.869	494.574	167.869
Acionistas não controladores		-	-	848.748	217.799
(=) Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	34	1,73	0,59	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	494.574	167.869	1.343.322	385.668
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Ganhos (perdas) de hedge de fluxo de caixa nas controladas	(349.399)	-	(731.909)	(52.449)
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	118.796	-	248.849	17.561
Ganhos na conversão de operações no exterior reflexo de controladas	1.317	-	3.119	29.352
Perdas (ganhos) não realizadas sobre instrumentos de títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes em controladas	(18.579)	-	(32.345)	-
	(247.866)	-	(512.286)	(5.536)
Resultado abrangente do exercício	246.708	167.869	831.036	380.132
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	246.708	167.869	246.708	167.869
Acionistas não controladores	-	-	584.328	212.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Variações patrimoniais reflexas de controladas	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
			Retenção de lucros	Reserva legal acumulados					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Saldo anterior (a)	-	-	-	-	-	-	-	1.608.148	1.608.148
Aumento de capital – cisão	101.024	-	-	-	74.010	-	175.034	-	175.034
Movimentação patrimonial até registro da cisão	-	-	-	-	-	11.630	11.630	-	11.630
Aumento de capital – Simpar	321.144	372.823	-	-	-	-	693.967	-	693.967
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	167.869	217.799	385.668
Retenção de lucros	-	-	111.036	8.393	(119.429)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(39.869)	-	(39.869)	-	(39.869)
Ajustes de exercícios anteriores em controlada	-	-	-	-	(8.571)	-	(8.571)	-	(8.571)
Movimentações patrimoniais em controladas									
Oferta de ações de controladas indiretas	-	-	-	-	-	226.840	226.840	447.936	674.776
Aporte de capital pessoas físicas	-	-	-	-	-	68.420	68.420	(173.967)	(105.547)
Incorporação de ações	-	-	-	-	-	12.666	12.666	10.151	22.817
Recuperação de ações	-	-	-	-	(7.272)	(7.272)	(7.272)	(5.930)	(13.202)
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	(107)	(107)	(107)	(31)	(138)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(1.381)	(1.381)	(1.381)	(4.155)	(5.536)
Operações descontinuadas na controlada	-	-	-	-	(28.539)	(28.539)	(28.539)	-	(28.539)
Outras movimentações do exercício	-	-	-	-	(5.847)	(5.847)	(5.847)	(8.551)	(14.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	422.169	372.823	111.036	8.393	-	74.010	1.264.841	2.093.032	3.357.873

(a) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas.

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

	Reserva de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Variações patrimoniais reflexas de controladas	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	422.169	372.823	111.036	8.393	-	74.010	276.410	1.264.841	2.093.032	3.357.873
Ajustes de exercícios anteriores – JSPH – Nota 1.5	-	-	(197)	-	-	-	-	(197)	-	(197)
Ajustes de exercícios anteriores na Ciclus – Nota 1.5	-	-	(56.670)	-	-	-	-	(56.670)	-	(56.670)
Ajustes de exercícios anteriores na Ribeira – Nota 1.5	-	-	(3.409)	-	-	-	-	(3.409)	-	(3.409)
Ações da JSL por equivalência patrimonial – Nota 1.5	-	-	(8.890)	-	-	(43.055)	-	(51.945)	51.945	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	422.169	372.823	41.870	8.393	-	30.955	276.410	1.152.620	2.144.978	3.297.598
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	494.574	-	-	494.574	848.748	1.343.322
Outros resultados abrangentes, líquido dos impostos	-	-	-	-	-	-	(247.866)	(247.866)	(264.420)	(512.286)
Total resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	246.708	584.328	831.036
Retenção de lucros e constituição de reservas	-	-	469.845	24.729	(494.574)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(117.461)	-	-	-	-	(117.461)	-	(117.461)
Movimentações patrimoniais em controladas										
Movimentação na Ribeira	-	-	-	-	-	-	682	682	293	975
Movimentação na Simpar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho na participação Simpar – Nota 13	-	-	-	-	-	-	36.241	36.241	-	36.241
Reserva incorporação ações CS Infra	-	-	-	-	-	-	(209.399)	(209.399)	-	-
Incorporação de ações CS Infra	-	-	-	-	-	-	143.363	143.363	-	143.363
Oferta de ações de controladas indiretas – Nota 13	-	-	-	-	-	-	889.566	889.566	1.344.013	2.233.579
Aumento de capital – Nota 13	-	-	-	-	-	-	4.728	4.728	3.503	8.231
Dividendos e juros sobre capital próprio minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(247.192)	(247.192)
Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	(166.593)	(166.593)	(125.323)	(291.916)
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	-	-	6.231	6.231	10.523	16.754
Imposto diferido sobre ganho capital – Nota 1.2.1(ii)	-	-	-	-	-	-	11.431	11.431	8.470	19.901
Mudanças patrimoniais na participação de controladas indiretas, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	27.119	27.119	(1.319)	25.800
Minoritário por combinação de negócios – Nota 1.2.2(ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	39.458	39.458
Outras movimentações do exercício	-	-	-	-	-	-	11.200	11.200	9.188	20.388
Saldos em 31 de dezembro de 2021	422.169	372.823	394.226	33.122	-	30.955	783.113	2.036.436	3.770.920	5.807.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A JSP Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 9 de janeiro de 2019. Sua sede administrativa está localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 10º andar, sala 1, Itaim Bibi - São Paulo - SP. Sua principal atividade consiste em ser holding das empresas Simpar S.A. (“Simpar”), Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Ribeira”), além de diversas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE’s) que em conjunto formam o “Grupo JSP” ou “Grupo”. As operações da Companhia iniciaram-se em julho de 2020, após o processo reestruturação societária. Possui atualmente as seguintes controladas diretas: **a) Simpar S.A.** (“Simpar”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede administrativa localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 10º andar, conjunto 101, Itaim Bibi - São Paulo - SP, tendo suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) pela denominação (ticker) SIMH3. Em 5 de agosto de 2020, conforme anunciado em fato relevante, foi aprovada em assembleia geral a reestruturação societária da JSL S.A. e suas investidas, separando da JSL S.A. (“JSL”), certas dívidas, além dos ativos e passivos não relacionados às operações de logística, incluindo investimentos em controladas, os quais foram transferidos para a Simpar, que se tornou a holding da JSL e de todas as outras operações que anteriormente eram controladas pela JSL. **b) Ribeira (“Ribeira”)** – atuando nas atividades de compra, venda, locação e administração de bens móveis e imóveis próprios, bem como a participação em empreendimentos imobiliários. **c) SPE’s** constituídas com imóveis cedidos pela Ribeira – Horizontes I; Horizontes II; Vision Colinas, Guerino Lubiani; RBRA1; RBRA2; RBRA3; RBRA4 e RBRA5, todas atuando na área imobiliária. **d) SPE’s** constituídas em 2020 ainda em fase pré-operacional (Green Holding Ltda; RBRA6; RBRA7; RBRA8, RBRA9 e RBRA10). A Companhia e suas controladas operam em sete segmentos de negócios: **(i) JSL:** Transporte rodoviário de cargas e logística dedicada de cargas rodoviárias e de commodities, logística interna, distribuição urbana, serviços de armazenagem e fretamento; **(ii) Movida:** Locação de veículos leves no varejo por meio de lojas da marca Movida, gestão e terceirização de veículos leves para o setor privado. Como consequência e visando a continuidade das atividades de locação, a Movida renova constantemente sua frota, substituindo por meio da venda os veículos usados por veículos novos; **(iii) Vamos:** Locação e gestão de frotas de caminhões, máquinas e equipamentos, comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos, peças, acessórios, bem como prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, no final dos contratos, os veículos e máquinas devolvidos pelos clientes, são desmobilizados e vendidos; **(iv) CS Brasil:** Gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados para o setor público, transporte municipal de passageiros e limpeza urbana. No final dos contratos, os veículos e máquinas devolvidos pelos clientes, são desmobilizados e vendidos; **(v) CS Infra:** Tratamento de resíduos não perigosos, comercialização de biogás, produção e comercialização de crédito de carbono, gerar e comercializar energia através do biogás e da incineração dos resíduos recebidos; serviços de tratamento de chorume; instalação e operação de aterro sanitário industrial, limpeza urbana. **(vi) Original Concessionárias:** comercialização de veículos leves, novos e seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura, e corretagem na venda de seguros automotivos; **(vii) BBC:** serviços financeiros de arrendamento mercantil de veículos e equipamentos, e emissão e administração de cartões. O Grupo conta ainda com entidades situadas no exterior utilizadas como veículos de captação de recursos financeiros pela emissão de *Senior Notes* (“*Bonds*”), outras entidades jurídicas com operações não relevantes não alocadas em nenhum dos outros segmentos. Essas atividades estão alocadas, conforme divulgado na nota explicativa 5 - Informações por Segmento, como *Holding* e demais atividades. **1.1. Principais eventos ocorridos no exercício de 2021 - 1.1.1. Controlada Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Vamos”) - a) Oferta restrita de ações da controlada Vamos** - Em 27 de janeiro de 2021, a controlada Vamos concluiu oferta pública de ações ordinárias de sua emissão, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”). A oferta consistiu na distribuição pública primária de 34.215.328 novas ações de emissão da Vamos subscritas e integralizadas pelo valor de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) negociadas na B3 pela denominação (*ticker*) VAMO3. Também foi realizado a oferta secundária de 11.405.109 ações mais lote adicional de 4.562.043 ações suplementares da Simpar pelo valor de R\$ 26,00 (vinte e seis reais). A oferta primária efetivou a capitalização de R\$ 830.219 líquido dos custos de oferta e do respectivo imposto de renda e contribuição social de R\$ 20.189, abatidos diretamente na conta de capital social. Como resultado, a Companhia contabilizou ganho patrimonial calculado entre o valor da capitalização e o custo de sua participação residual já diluída pela oferta, registrada em conta de reserva especial de capital no valor de R\$ 649.476. Na Simpar a oferta secundária resultou no recebimento de caixa de R\$ 399.697 líquido de custos de oferta e do respectivo imposto de renda e contribuição social de R\$ 103.103. Também resultou no ganho patrimonial entre o valor recebido pela venda das ações e o custo da parte residual já diluída pela oferta, registrada em conta de reserva especial de capital no valor de R\$ 193.359, líquidos de imposto de renda e contribuição social. A Oferta Restrita resultou, portanto, em uma captação de caixa líquida de R\$ 1.229.916 e ganho total patrimonial foi de R\$ 842.835. **b) Desdobramento de ações:** A Vamos, em 13 de agosto de 2021, realizou o desdobramento das ações na proporção de 1:4 (uma para quatro), sem alteração no valor do capital social da Companhia. Considerando a aprovação do desdobramento, para cada ação ordinária de sua titularidade, o acionista recebeu, mais três ações da mesma espécie, ficando, ao final, com quatro ações ordinárias da Companhia. O desdobramento de ações teve por objetivo aumentar a liquidez das ações, adequando o patamar de suas cotações e, consequentemente, tornando-as mais acessíveis aos investidores. **c) Oferta subsequente de ações (Follow-On)** - Em 23 de setembro de 2021, a controlada Vamos concluiu oferta subsequente de 65.584.010 novas ações ordinárias de sua emissão (*follow-on*), em distribuição pública primária com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”). Essas ações foram subscritas e integralizadas pelo valor de R\$ 16,75 (desesseis reais e setenta e cinco centavos), resultando na capitalização de R\$ 1.086.460, líquido dos custos de oferta de R\$ 12.072, abatidos diretamente na conta de capital social. Como resultado, a Simpar contabilizou ganho patrimonial calculado entre o valor da capitalização e o custo de sua participação residual já diluída pela oferta, registrada em conta de reserva especial de capital no valor de R\$ 703.575. A captação de caixa pelas ofertas de IPO e *follow on* foi de R\$ 2.312.469 no consolidado. O ganho total patrimonial registrado pela Companhia foi de R\$ 1.548.688. **1.1.2. Controlada Movida Participações S.A. (“Movida”) - Emissão de sustainability linked bond - Movida** - Em 28 de janeiro de 2021, a controlada Simpar Europe emitiu títulos sustentáveis de dívida no mercado internacional, no valor total de US\$ 300.000 (trezentos milhões de dólares) nos mesmos termos da oferta original, consolidados em uma única série. Foram assumidos determinados compromissos de emissão sustentável, sendo o principal deles reduzir em 15% sua intensidade de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030. O desempenho da sustentabilidade deverá ser medido até 31 de dezembro de 2025, caso o compromisso não seja atingido, teremos um ajuste de *spread* de 0,25%, na taxa de juros dos *Sustainability Linked Bonds* a partir de 08 de agosto de 2026, passando a remuneração de 5,25% para 5,50% dos títulos da Movida Europe. **1.1.3. Controlada Simpar Europe - Emissão de sustainability linked bond e resgate das emissões anteriores** - Em 14 de janeiro de 2021, a controlada Simpar Europe emitiu títulos sustentáveis de dívida no mercado internacional, no valor total de US\$ 625.000 mil (seiscentos e vinte cinco milhões de dólares), remunerados à taxa de 5,2% ao ano e com vencimento em 26 de janeiro de 2031. A captação total dos recursos foi concluída em 20 de janeiro de 2021. A Simpar Europe utilizou parte os recursos captados em 20 de janeiro de 2021 e 23 de fevereiro de 2021 para recompra de parcela dos títulos de dívidas (“*Bonds*”) emitidos em 2017 e respectivo *relap* em 2018, no valor principal US\$ 441.272 (quatrocentos e quarente e um milhões e duzentos e setenta e dois mil dólares) originalmente remunerados em 7,75% ao ano e com vencimento em 2024. A Simpar avaliou os aspectos das transações e considerou a recompra dos antigos *Bonds* como troca da dívida, uma vez que o valor presente descontado pela taxa de juros efetiva original da nova emissão, incluindo prêmio e as taxas pagas, foi inferior a 10% do valor presente do saldo a pagar original. Com isso, os custos e taxas incorridas foram alocados ao valor contábil do novo *Bond*, e o saldo da dívida atualizado pela nova taxa de juros efetiva, conforme orientado pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, resultando em um ajuste de R\$ 126.230 lançados diretamente como receita financeira no exercício. Em 26 de julho de 2021, a controlada Simpar Europe realizou o resgate e cancelamento dos títulos de dívidas restantes das emissões de julho de 2017 e janeiro de 2018, de saldo remanescente de USD 183.728 (cento e oitenta e três milhões e setecentos e vinte e oito mil dólares), com prêmio pelo resgate antecipado no valor de R\$ 37.524. Foram assumidos determinados compromissos de emissão sustentável, sendo o principal deles reduzir em 15% sua intensidade de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030. O desempenho da sustentabilidade deverá ser medido até 31 de dezembro de 2025, caso o compromisso não seja atingido, teremos um ajuste de *spread* de 0,25%, na taxa de juros dos *Sustainability Linked Bonds* a partir de 26 de julho de 2026, passando a remuneração de 5,20% para 5,45% dos títulos da CS Finance. **1.1.5. Novas concessões de administração portuária e de rodovia - Controlada CS Brasil Holding e Locação S.A. S.A. (“CS Brasil Holding”) - (i) Concessões de Administração Portuária (Sociedades de Propósito Específico - “SPEs” ATU 12 e ATU 18)** - Em 25 de março de 2021 foram celebrados contratos de arrendamento dos terminais portuários denominados como ATU12 e ATU18, localizados nos municípios de Aratu e Candeias no estado da Bahia, obtidos via licitação, com valores de outorgas de R\$ 48.900 e R\$ 23.900, e prazos de concessão de 25 e 15 anos, respectivamente. Foram constituídas as entidades ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A e ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A. Sociedades de Propósito para os portuários ATU 18 e ATU 12 respectivamente, ambas companhias sociedades anônimas fechadas, para execução das referidas atividades, que inclui a melhoria das instalações, todas reversíveis ao poder concedente no final dos contratos. Atualmente se encontram em fase pré-operacional. A área denominada ATU12 conta com movimentação e armazenagem de grãos sólidos minerais, especialmente fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês e coque de petróleo. A área de ATU18 é destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, especialmente soja. **(ii) Celebração dos Contratos de Concessão Transcerrados** - Em 26 de julho de 2021 foi celebrado contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 (“Transcerrados”) pelo prazo de 30 anos, obtido via licitação promovida pelo Governo do Estado do Piauí, através de sua Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPARC. O contrato foi firmado e será administrada pela Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A Sociedade de Propósito

Específico, onde a Companhia, por meio de sua controlada CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda, detém 64% de participação, ainda em fase pré-operacional. **1.2. Combinação de negócios - 1.2.1. Controlada movida - a) Aquisição da Vox Frotas Locadoras S.A.** - Em 19 de março de 2021, a controlada Movida celebrou contrato para a aquisição de 100% da Vox Frotas Locadora S.A. (“Vox”), uma empresa de gestão e terceirização de frota (“GT”) fundada em 1999, com sede na cidade de São Paulo e atuante em todas as etapas do processo: aquisição, gestão e renovação de ativo. Sua frota é composta por aproximadamente 1,8 mil veículos com idade média de 1,2 ano, distribuídos entre seus clientes em um portfólio com veículos de luxo, sendo uma boa parte deles blindados e veículos leves de carga. O preço da transação foi de R\$ R\$ 31.921, sendo R\$ 16.096 pago a vista e o valor remanescente no 1º aniversário da transação atualizado à 100% do CDI, conforme composição abaixo:

Valores contraprestação	
	16.096
	6.352
	9.473
	31.921

(i) O montante será retido de a parcela a pagar aos vendedores para garantia de eventuais contingências (“*Escrow*”), sendo liberado para os vendedores após 19 de março de 2026, líquido de perdas materializadas.

Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	2.247	-	2.247
Contas a receber	1.813	-	1.813
Imobilizado	79.326	3.679	83.005
Intangível	-	10.322	10.322
Demais ativos	1.886	-	1.886
Total do ativo	85.272	14.001	99.273
Passivo			
Fornecedores	454	-	454
Empréstimos e financiamentos	55.125	-	55.125
Demais passivos	13.926	-	13.926
Total do passivo	69.505	-	69.505
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			29.769
Valor justo da contraprestação			31.921
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)			2.153

O laudo de alocação do preço de compra (“PPA – Purchase Price Allocation”), encontra-se em fase de elaboração, como resultado prévio foi alocado R\$ 10.322 em carteira de clientes, R\$ 3.679 em mais valia de imobilizado e esta operação gerou um *goodwill* no montante R\$ 2.153. **Resultado da combinação de negócios** - Essa combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Companhia com R\$ 48.135 de receita líquida e R\$ 15.383 de lucro líquido gerado a partir de 19 de março de 2021, data em que assumiu o controle. Se a aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida seria de R\$ 59.684 e o lucro líquido do exercício de R\$ 21.128. **Custos de aquisição** - A Movida incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 74 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de R\$ 99 *due diligence* foram registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado. **b) Incorporação de ações da CS Brasil Participações e Locações S.A. (“CS Brasil Participações”)** - As controladas Movida e CS Brasil Participações, em cumprimento ao disposto em assembleias gerais extraordinárias de acionistas realizadas em 26 de julho de 2021, efetivaram as: (i) cisão parcial da CS Brasil Participações com versão da parcela cindida para a controlada CS Brasil Holding.; e (ii) incorporação da totalidade das ações de emissão da CS Brasil Participações pela Movida. Como resultado, o capital social da Movida foi aumentado em R\$ 583.480, mediante a emissão de 63.381.072 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, subscritas pela Companhia, e integralizadas com a totalidade das ações da CS Brasil Participações nos termos do Protocolo e Justificação. Assim, a CS Brasil Participações tornou-se uma subsidiária integral da Movida Participações, assim como o controle indireto da CS Brasil Frotas Ltda. Conforme disposto no respectivo Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações, foi aprovada a celebração de aditamento ao Acordo Comercial e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e a Movida, por meio do qual, a Movida passou a estar permitida a atuar na gestão e terceirização de frotas de veículos leves para o setor Público, antes limitado para exploração indireta pela Companhia por meio da controlada CS Brasil Frotas Ltda. e outras controladas. A transação foi efetuada respeitando protocolos de governança determinados por regulamentação e procedimentos adicionais para conforto dos acionistas não controladores, citando entre os principais, a constituição de comitê independente para avaliação da transação e suporte ao conselho de administração, e compromisso do acionista controlador de acompanhar a decisão dos não controladores. A reestruturação ocorreu entre empresas sob controle comum, e por isso, não foi aplicada a norma CPC 15 – Combinação de Negócios. Portanto, para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Simpar, foram considerados os saldos contábeis de livros, uma vez que as empresas se mantiveram sob controle comum da Companhia. Entretanto, como resultado da transação, a Simpar registrou imposto de renda diferido e contribuição social diferido de R\$ 19.901 sobre o ganho de capital tributável auferido nessa transação. **c) Aquisição da Marbor Frotas Corporativas Ltda. (“Marbor”)** - Em 16 de dezembro de 2021, a Movida assinou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das cotas da Marbor por R\$ 130.000 (cento e trinta milhões de reais), valor que será ajustado com base na dívida líquida e outros ajustes usuais a este tipo de transação, na data do fechamento da transação, a ocorrer após a conclusão de determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que até a emissão destas Demonstrações Financeiras estavam em andamento. Do preço combinado, R\$ 65.000 (sessenta e cinco milhões de reais) será pago à vista na data de fechamento e o valor remanescente será pago no primeiro aniversário da transação. A Marbor atua em Gestão e Terceirização de Frota desde 1996. A transação irá contribuir com 1,8 mil veículos atrelados a contratos de locação, os quais possuem uma idade média de aproximadamente 1,4 ano e estão distribuídos entre mais de 100 clientes corporativos com contratos com prazo médio de 2,7 anos. **1.2.2. Controlada JSL S.A. (“JSL”) - a) Aquisição da Transportes Marvel Ltda. (“Marvel”)** - Em 30 de outubro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das cotas de participação da TransMoreno e suas controladas, aprovada pelo CADE em 8 de outubro de 2020 sem restrições. A TransMoreno atua nos segmentos de transporte de veículos sobre carretas “cegonhas” e prestação de serviços de logística automotiva. A TransMoreno atua em todo o território brasileiro, contando com mais de 720 mil metros quadrados em áreas e pátios para armazenagem e distribuição de veículos para montadoras, possuindo duas das principais montadoras de veículos do país em sua carteira de clientes. Seu modelo de negócios é baseado na oferta de soluções logísticas por meio de uma rede de terceiros, sendo assim, considerada uma empresa leve em ativos (*Asset Light*). A Companhia entende que a aquisição da TransMoreno está alinhada com sua estratégia de crescimento, diversificação e consolidação como a maior e mais integrada plataforma de serviços logísticos no Brasil, possibilitando maior participação em serviços que acredita poder oferecer melhorias, agregando valor ao cliente. O valor da transação foi de R\$ 301.920, pago conforme demonstrado abaixo:

Valores contraprestação	
	111.318
	120.602
	60.000
	10.000
	301.920

(i) O referido valor está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas” e o montante de R\$ 60.000 será retido como garantia de eventuais contingências, acrescido de 100% do CDI + 1,25% a.a. e será pago ao longo de 5 anos.

(ii) O preço inclui R\$ 10.000 de prêmio caso a TransMoreno atinja determinadas metas entre os exercícios de 2021 a 2024, e será atualizado pelo CDI. A Companhia avaliou como provável e por isso inclui na determinação da contraprestação pela aquisição.

As alocações do preço de aquisição foram concluídas em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3, e o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na data da aquisição está demonstrado a seguir:

	Saldo contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	13.129	-	13.129
Contas a receber	15.781	-	15.781
Ativo de indenização	-	33.257	33.257
Imobilizado	907	3.965	4.872
Intangível	12	90.419	90.431
Outros ativos	3.431	-	3.431
Total do ativo	33.260	127.641	160.901
Passivo			
Fornecedores	4.748	-	4.748
Parcelamentos	23.287	-	23.287
Obrigações sociais e trabalhistas	3.000	-	3.000
Provisão para contingências	9.290	33.257	42.547
Outros passivos	4.127	-	4.127
Total do passivo	44.452	33.257	77.709
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			83.192
Valor justo da contraprestação paga			301.920
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)			218.728

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

Mensuração de valor justo - O valor justo dos ativos assumidos, líquido dos passivos assumidos, é de R\$ 83.192 e inclui R\$ 3.965 de mais valia de ativo imobilizado, R\$ 88.881 de carteira de clientes, R\$ 539 Software e R\$ 33.257 de ativo de indenização e passivo contingente, sendo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) gerado na operação de R\$ 218.728. **Custos da Aquisição** - A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 1.087 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado 31 de dezembro de 2020. **Resultado da combinação de negócios** - Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com receita líquida de R\$ 162.133 e lucro líquido de R\$ 24.221. **b) Aquisição da Fadel Holding S.A. (“Fadel”)** - JSL - Em 17 de novembro de 2020 a Companhia adquiriu 75% das ações de emissão da Fadel e firmou acordo com opções de compra e de venda entre as partes para aquisição de compra dos 25% restantes a partir do 3º. Ano. Em janeiro de 2021, as partes acordaram a antecipação do exercício das opções, resultando na aquisição dos pela JSL dos 25% restantes da participação. A efetivação dessa parte da aquisição se deu por meio de incorporação de ações, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da JSL realizada em 27 de setembro de 2021, que aprovou a incorporação das ações de emissão da Fadel mediante a troca por 6.440.000 ações da JSL. A transação foi realizada pelo valor justo de R\$ 58.584 (R\$ 39.458 proporcional a participação dos minoritários da Simpar), que com base no acordo original havia sido classificado como passivo financeiro em 31 de dezembro de 2020, e com a efetivação da transação em troca de ações, reclassificado para o patrimônio líquido. O valor da aquisição foi de R\$ 225.370, formado conforme demonstrado abaixo:

	Valores contraprestação	
Valor pago à vista	54.688	
Contraprestação contingente (i)	50.000	
Parcelas pagas conforme contrato de compra	54.688	
Opções aquisição dos 25% restante das ações	58.584	
Complemento de preço (ii)	7.410	
Preço total (contraprestação), conforme contrato	225.370	

(i) O montante de R\$ 50.000 está depositado em conta corrente em nome dos vendedores e está bloqueado como garantia de eventuais contingências (“*Escrow*”). (ii) Prêmio condicional pago de R\$ 7.410, pelo atingimento de determinadas metas no ano de 2020. As alocações do preço de aquisição foram concluídas em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	31/12/2021		
	Saldo contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	27.519	-	27.519
Contas a receber	79.087	-	79.087
Ativo de indenização	-	73.085	73.085
Imobilizado	233.550	4.471	238.021
Intangível	1.289	63.350	64.639
Outros ativos	61.691	-	61.691
Total do ativo	403.136	140.906	544.042
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	45.614	-	45.614
Passivo de arrendamento	2.979	-	2.979
Obrigações sociais e trabalhistas	33.775	-	33.775
Provisão para contingências	17.999	73.085	91.084
Outros passivos	181.736	-	181.736
Total do passivo	282.103	73.085	355.188
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos	188.854		188.854
Valor justo da contraprestação paga	225.370		225.370
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)			36.516

Mensuração de valor justo - O valor justo dos ativos e passivos assumidos é de R\$ 188.854 e inclui R\$ 4.471 de mais valia de ativo imobilizado, R\$ 63.350 de carteira de clientes, e R\$ 73.085 de ativo de indenização e passivo contingente, sendo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) gerado na operação de R\$ 36.516. **Resultado da combinação de negócios** Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com receita líquida de R\$ 602.829 e lucro líquido de R\$ 74.821. **Custos da Aquisição** - A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 777 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado. **c) Aquisição da Transportadora Rodomeu Ltda. e Unileste Transportes Ltda. (“Rodomeu”)** - Em 14 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da participação da Rodomeu e sua subsidiária Abaeté Comercio de Veículos Ltda, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 24 de março de 2021 sem restrições. A Rodomeu possui sede na cidade de Piracicaba (SP), sendo especialista no transporte rodoviário de cargas de alta complexidade, que inclui Gases e Químicos, Máquinas e Equipamentos para construção civil, transporte dedicado de insumos e produtos acabados nos setores de papel e celulose, siderurgia e alimentícios. O valor da transação foi de R\$ 97.000, composto conforme demonstrado abaixo:

	Valor da contraprestação	
Valor pago à vista	29.100	
Parcelas a pagar a prazo (i)	52.900	
Parcela retida por garantia (ii)	15.000	
Preço total (contraprestação), conforme contrato	97.000	

(i) O referido valor foi registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas” e será acrescido de 100% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 restam 18 parcelas a serem pagas. (ii) O valor de R\$ 15.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências (“*Escrow*”) que vierem a se materializar, e foi registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”. O valor será acrescido de 100% do CDI e liquidado em 24 parcelas e somente serão liberados aos vendedores após a data de 14 de maio de 2027, líquido de perdas materializadas. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na data da aquisição está demonstrado a seguir:

	Saldo contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	33.776	-	33.776
Contas a receber	10.032	-	10.032
Ativo de indenização	-	16.611	16.611
Intangível	-	6.100	6.100
Imobilizado	16.876	44.446	61.322
Outros ativos	6.029	-	6.029
Total do ativo	66.713	67.157	133.870
Passivo			
Fornecedores	1.066	-	1.066
Empréstimos e financiamentos	12.066	-	12.066
Provisão para contingência	-	16.611	16.611
Outros passivos	3.711	-	3.711
Total do passivo	16.843	16.611	33.454
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			100.416
Valor justo da contraprestação	97.000		97.000
Ganho por compra vantajosa			(3.416)

Mensuração de valor justo em bases provisórias - O valor justo dos ativos assumidos, líquido dos passivos assumidos é de R\$ 100.416 e inclui R\$ 44.446 de mais valia de ativo imobilizado, R\$ 6.100 de outros intangíveis e R\$ 16.611 de ativo de indenização e passivo contingente. Foi gerado ganho por compra vantajosa de R\$ 3.416, registrado em outras receitas nas demonstrações de resultado. O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Resultado da combinação de negócios** - Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com receita líquida de R\$ 68.530 e lucro líquido de R\$ 4.852, gerado pela Rodomeu a partir de 01 de maio de 2021, data em que a JSL assumiu o controle. Se a aquisição da Rodomeu tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida e o lucro líquido consolidados da JSL S.A. para este ano seriam aumentados em R\$ 96.064 e R\$ 7.234. **Custos da Aquisição** - A JSL incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 497 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*, registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado. **d) Aquisição da Pronto Express Logística S.A. (“TPC”)** - JSL - Em 14 de junho de 2021, a JSL concluiu a aquisição de 100% da TPC, empresa que com suas controladas TPC Logística Sudeste S.A. e TPC Logística Nordeste S.A., opera, em modelo *asset-light*, armazéns alfandegados ou não, logística dedicada *in house*, *cross docking* e gestão integrada de distribuição, incluindo a última milha (“*last mile*”) e logística reversa. Ela está inserida, principalmente, nos setores de cosméticos, moda, varejo, eletroeletrônicos, telecomunicações, farmacêutico, equipamentos hospitalares, bens de consumo, óleo & gás e petroquímico. O valor da transação foi de R\$ 185.526 e poderá ser ajustado, de acordo com a confirmação de eventuais variações na dívida líquida e capital de giro que está em validação pelas partes O valor da contraprestação pela aquisição é formado conforme demonstrado abaixo:

	Valor da contraprestação	
Valor pago à vista	66.010	
Parcelas a pagar a prazo (i)	42.203	
Parcela retida em garantia (ii)	60.663	
Complemento de preço (iii)	16.650	
Preço total (contraprestação), conforme contrato	185.526	

(i) O valor foi quitado em 31 de dezembro de 2021. (ii) O valor de R\$ 60.663 ficará retido como garantia de eventuais contingências (“*Escrow*”) registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”, e será acrescido de 100% do CDI, a ser liberado para os vendedores após 14 de junho de 2026, líquido de perdas materializadas. (iii) Valor a ser pago pelo atingimento de metas de negócio medidas até 2024. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	Saldo contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	11.749	-	11.749
Contas a receber	114.048	-	114.048
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	18.653	-	18.653
Ativo de indenização	-	181.132	181.132
Imobilizado	108.786	20.424	129.210
Ativo de direito de uso	68.906	3.560	72.466
Intangíveis	11.626	75.448	87.074
Outros ativos	31.930	-	31.930
Total do ativo	365.698	280.564	646.262
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	127.846	-	127.846
Passivo de arrendamento	76.362	-	76.362
Obrigações sociais e trabalhistas	28.704	-	28.704
Obrigações tributárias	31.428	-	31.428
Provisão para contingências	6.906	174.226	181.132
Outros passivos	16.662	-	16.662
Total do passivo	287.908	174.226	462.134
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			184.128
Valor justo da contraprestação paga	185.526		185.526
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)			1.398

Mensuração de valor justo em bases provisórias - O valor justo dos ativos e passivos assumidos foi de R\$ 184.128 e inclui principalmente R\$ 20.424 de mais valia de ativo imobilizado, R\$ 45.100 de carteira de clientes, R\$ 13.200 de marca, R\$ 13.148 de licença Cilia, R\$ 4.000 de *software*, R\$ 181.132 de ativo de indenização e passivo contingente, sendo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) gerado na transação de R\$ 1.398. O valor justo de ativos e passivos foi

determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Resultado da combinação de negócios** - Essa combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Grupo Simpar com receita líquida de R\$ 278.581 e lucro líquido de R\$ 20.025, gerado pela TPC a partir de 14 de junho de 2021, data em que a JSL assumiu o controle. Se a aquisição da TPC tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida e o lucro líquido consolidados da JSL S.A. para este ano seriam aumentados em R\$ 482.375 e R\$ 29.779. **Custos da Aquisição** - A JSL incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 2.188 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence* registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado. **e) Aquisição da Transportes Marvel Ltda. (“Marvel”)** - Em 30 de julho de 2021 a JSL, através de sua controlada Rio Grandense Logística Ltda., concluiu a aquisição de 100% da Marvel, empresa que opera transporte rodoviário de cargas congeladas e refrigeradas de alto valor agregado, no Brasil e em outros países da América do Sul. O valor da transação foi de R\$ 245.000, que poderá ser ajustado por variações ocorridas até a data de fechamento que não havia acordadas, e que se encontram em análise e aprovação pelas partes. E o preço da transação está composto conforme demonstrado abaixo:

	Valores contraprestação	
Valor pago à vista	100.000	
Parcelas a pagar a prazo (i)	90.900	
Parcela retida em garantia (ii)	54.100	
Preço total (contraprestação), conforme contrato	245.000	

i. O referido valor foi registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”, a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais, consecutivas, acrescida cada parcela de 150% do CDI pro rata die, feitas as deduções de tributos incidentes na forma da lei desde a data de assinatura do presente até a o efetivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2021 restam 6 parcelas a serem pagas no montante de R\$ 55.908. ii. O valor de R\$ 54.100 ficará retido como garantia de eventuais contingências (“*Escrow*”) em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”, sendo liberado para aos vendedores a partir de 30 de julho de 2022, de acordo com os percentuais definidos em contrato, sendo a sua liberação total após de 30 de julho de 2026, líquido de perdas materializadas. O valor é atualizado a 120% do CDI. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na data da aquisição está demonstrado a seguir:

	Saldo contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	26.781	-	26.781
Contas a receber	58.712	-	58.712
Ativo de indenização	-	28.433	28.433
Imobilizado	252.805	76.226	329.031
Intangível	-	14.500	14.500
Outros ativos	41.307	-	41.307
Total do ativo	379.605	119.159	498.764
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	171.109	-	171.109
Passivo de arrendamento	55.614	-	55.614
Obrigações sociais e trabalhistas	9.210	-	9.210
Provisão para contingências	2.424	28.433	30.857
Outros passivos	21.091	-	21.091
Total do passivo	259.448	28.433	287.881
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			210.883
Valor justo da contraprestação paga	245.000		245.000
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)			34.117

Mensuração de valor justo em bases provisórias - O valor justo dos ativos assumidos, líquido dos passivos assumidos, é de R\$ 210.883 e inclui R\$ 76.226 de mais valia de ativos fixos, R\$ 14.500 de outros intangíveis e R\$ 28.433 de ativo de indenização e passivo contingente, sendo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) gerado na transação de R\$ 34.117. O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Resultado da combinação de negócios** - Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Grupo Simpar com receita líquida de R\$ 153.891 e lucro líquido de R\$ 22.105, gerado pela Marvel a partir de 30 de julho de 2021, data em que a controlada JSL assumiu o controle. Se a aquisição da Marvel tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida para este exercício seria de R\$ 317.298 e o lucro líquido do exercício seria de R\$ 32.984. **Custos da Aquisição** - A JSL incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 456 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence* registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado. **1.2.3. Controlada Vamos - a) Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. (“Monarca”)** - Vamos - Em 10 de maio de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. (“Vamos Máquinas”) concluiu a aquisição de 100% das quotas de emissão da Monarca, uma rede de concessionárias da marca Valtra que possui presença no Mato Grosso, comercializando máquinas, implementos agrícolas, peças e prestação de serviços de manutenção, através de quatro lojas localizadas nas cidades Sorriso, Sinop, Matupá e Alta Floresta, atendendo a região de 32 municípios no estado. O valor da transação foi de R\$ 16.829, pago em 28 de dezembro de 2021 acrescido de juros de R\$ 723, calculados em 0,6% ao mês a partir da data da aquisição, conforme previsto no contrato de compra e venda da participação societária. Os juros foram reconhecidos como despesa financeiras. A administração fez a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição:

	Valor justo na data da aquisição	
Caixa e equivalentes de caixa	3.373	
Contas a receber	27.152	
Estoques	29.146	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.696	
Outros créditos	968	
Imobilizado	1.507	
Total do ativo	63.842	
Passivo		
Fornecedores	32.525	
Partes relacionadas	7.317	
Obrigações trabalhistas e sociais	1.958	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	893	
Adiantamentos de clientes	4.043	
Outras contas a pagar	573	
Total do passivo	47.309	
Total do ativo líquido	16.533	
Valor justo da contraprestação	16.829	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	296	

A Administração concluiu não haver diferenças significativas entre os saldos contábeis e os valores justos identificáveis dos ativos e passivos assumidos. - **Resultado da combinação de negócios** - Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Grupo Simpar com R\$ 134.796 de receita líquida e R\$ 11.639 de lucro líquido a partir da aquisição. Se a aquisição da Monarca tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida para este exercício seria de R\$ 63.418 e o lucro líquido do exercício seria de R\$ 795. **Custos de aquisição** - A Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 150 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como “despesas administrativas” na demonstração de resultado **b) BMB Mode Center S.A. (“BMB Brasil”)** e **BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable (“BMB México”)** - Vamos - Em 22 de junho de 2021, a Vamos, através de sua subsidiária Vamos Seminovos concluiu a aquisição de 70% da empresa BMB, fundada há 20 anos, sendo o primeiro centro de customização de caminhões e ônibus Volkswagen/ MAN no Brasil, e posteriormente passando a operar no México também para realizar a customização de veículos pesados da Volkswagen/MAN. Na mesma data, foi celebrado o acordo de acionistas entre a Vamos Seminovos e os proprietários anteriores da BMB, o qual prevê a opção de compra pela Vamos Seminovos, e, concomitantemente, a opção de venda pelos antigos proprietários, da participação societária remanescente após aquisição (30%) a partir do terceiro ano. O valor será acrescido de juros calculados em 100% do CDI entre a data do acordo e o exercício da opção. Desta forma, considerando a natureza do acordo celebrado entre as partes, a Vamos Seminovos reconheceu o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações da BMB e considerou a aquisição de 100% das ações das companhias para fins de contabilização da combinação de negócios com base no método de aquisição antecipada, no valor de R\$ 18.455. O valor da transação foi de R\$ 63.548, composto conforme demonstrado abaixo:

	Valor da contraprestação	
Valor pago à vista	15.458	
Parcelas a pagar a prazo (i)	29.665	
Obrigações pelas opções de compra e venda de ações	18.425	
Preço total (contraprestação), conforme contrato	63.548	

(i) O referido valor foi registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas” e será pago em 36 parcelas mensais com vencimentos até junho de 2024. As parcelas serão corrigidas por 100% do CDI até a data de pagamento. Segue abaixo o valor justo provisório dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na data da aquisição:

	Saldo contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5.868	-	5.868
Contas a receber	11.269	-	11.269
Estoques	11.873	-	11.873
Imposto de renda e contribuição social diferido	985	-	985
Outros créditos	2.097	-	2.097
Ativo indenizatório	-	8.740	8.740
Imobilizado	8.476	4.132	12.608
Intangível	260	42.693	42.953
Total do ativo	40.828	55.565	96.393
Passivo			
Fornecedores	17.280	-	17.280
Empréstimos e financiamentos	172	-	172
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.771	-	1.771
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.249	-	2.249
Adiantamentos de clientes	723	-	72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

Resultado da combinação de negócios - Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Grupo Simpar com R\$ 2.688 de lucro líquido, a partir de 01 de julho de 2021, data em que a Vamos assumiu o controle da BMB. Caso essas aquisições tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida e o lucro líquido consolidados da Companhia para este exercício de 2021 seriam aumentados em R\$ 48.932 e R\$ 5.910, respectivamente. **Custos de aquisição** - A Vamos incurrou em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 293 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado. **c) Aquisição da HM Empilhadeiras Ltda. ("HM Empilhadeiras")** - Em 08 de dezembro de 2021, a Vamos assinou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da HM Empilhadeiras por R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), valor que será ajustado com base na dívida líquida e outros ajustes usuais neste tipo de transação na data do fechamento da transação, a ocorrer após a conclusão de determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, que até a emissão destas Demonstrações Financeiras estavam em andamento. Do preço de aquisição acordado, R\$ 50.053 será pago à vista, R\$ 15.000 (quinze milhões de reais) serão retidos para garantia de eventuais indenizações pelos antigos proprietários, e o valor remanescente será pago em 36 parcelas mensais corrigidas por 100% do CDI até a data do pagamento. A HM Empilhadeiras é uma empresa de locação e venda de equipamentos intralógicos novos e seminovos, com uma frota de 2.854 equipamentos, incluindo empilhadeiras, paleteiras, rebocadores, entre outros, e que também oferece serviços de pós-venda, planos de manutenção corretiva e preventiva, além da venda de peças e pneus industriais. A HM Empilhadeiras atende a todo o território nacional para locações e conta com três concessionárias Toyota de equipamentos, em Ribeirão Preto (SP), Pouso Alegre (MG) e Bauru (SP), cobrindo todo interior de São Paulo e triângulo mineiro, além de uma filial em Cabo de Santo Agostinho (PE) que atua como ponto comercial e de apoio. **1.2.4. Incorporação de ações - CS Infra S.A. ("CS Infra")** - Em 29 de novembro de 2021, em assembleia, os acionistas da Simpar, aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão da CS Infra S.A. ("CS Infra") pela Simpar. A CS Infra é uma empresa holding controladora de 100% da Ciclus Ambiental do Brasil Ltda. ("Ciclus"), empresa que opera o aterro sanitário da cidade do Rio de Janeiro e cidades em torno, incluindo o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTR), recebimento de resíduos não perigosos pelas Estações de Resíduos (ETR) e a transferências de resíduos entre elas. Como parte dessas atividades, é gerado e comercializado biogás e créditos de carbono, além de energia através da incineração dos resíduos recebidos. A transação foi efetivada em 31 de dezembro de 2021 após a conclusão de determinadas condições precedentes definidas no Protocolo de Justificação de Incorporação, incluindo a aprovação pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana ("Comlurb"). Como resultado, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 449.250, mediante a emissão de 23.010.721 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, inscritas e integralizadas com a totalidade das ações da CS Infra, nos termos do Protocolo e Justificação. Assim, a CS Infra tornou-se uma subsidiária integral da Companhia. **Bônus de subscrição:** Adicionalmente, como parte da negociação aprovada, foi atribuído à Companhia (JSP Holding), empresa cedente da CS Infra e controladora da Simpar, um bônus de subscrição que permitirá a ela subscrição de até 32.084.167 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia. Esse bônus é condicional e poderá ser exercido em contrapartida à liberação pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, da cobrança do reajuste dos preços praticados no contrato com a Comlurb. Esse reajuste foi originado por pleito de reequilíbrio econômico, aprovado de acordo com as leis e regulamentos pertinentes, e o respectivo aditivo assinado e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em 9 de novembro de 2021. O processo encontra-se em análise de recurso pelo município, por pedido de embargos da decisão proferida favorável à Ciclus em dezembro de 2021. O número de ações que podem ser emitidas mediante o exercício do Bônus de Subscrição será estabelecido de maneira proporcional ao valor efetivo do reajuste que for confirmado. Abaixo está demonstrado os saldos Contábeis incorporados na Simpar em 31 de dezembro de 2021:

	Valor incorporado
Caixa e equivalentes de caixa	318.443
Contas a receber	248.867
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8.694
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.622
Estoques	6.310
Intangíveis	87.059
Imobilizado	497.331
Outros créditos	9.105
Total do ativo	1.198.431
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	172.664
Debêntures	416.700
Fornecedores	18.735
Passivo de arrendamento	5.054
Partes relacionadas	302.550
Obrigações sociais e trabalhistas	2.902
Instrumentos financeiros derivativos	6.499
Parcelamentos	30.288
Provisão para desmontagem	105.024
Provisão para contingências	13.780
Total do passivo	1.072.091
Total do patrimônio líquido	110.593

O saldo incorporado foi de R\$ 99.936 que considera R\$ 84.749 de patrimônio adicionado do valor de R\$ 25.844 referente a variações entre o saldo da data da de avaliação e a data da incorporação. A transação foi efetuada respeitando protocolos de governança determinados por regulamentação e procedimentos adicionais para conforto dos acionistas não controladores, citando entre os principais, a constituição de comitê independente para avaliação da transação e suporte ao conselho de administração, e compromisso do acionista controlador de acompanhar a decisão dos não controladores. A reestruturação ocorreu entre empresas sob controle comum, e por isso, não foi aplicada a norma CPC 15 - Combinação de Negócios, sendo os ativos e passivos incorporados pelos seus respectivos saldos contábeis de livros. Desse modo, não foi alocado nenhum ajuste aos valores justos dos ativos e passivos assumidos, e nenhum ágio está sendo apresentado. **Custos de aquisição** - A Companhia incurrou em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 7.128 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados no capital social como custo de emissão de ações, conforme mencionado na nota explicativa 29.1. **1.2.5. Controlada Original Holding S.A. ("Original Holding")** - a) **Aquisição da UAB Motors Participações Ltda ("UAB Motors")** - Em 12 de novembro de 2021, a Simpar celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% da UAB Motors. A aquisição ampliará de forma relevante a atuação da Companhia no setor de concessionárias de veículos leves, acrescentando novos negócios com sete novas marcas de veículos operadas por concessionárias presentes em 6 municípios e 20 lojas. A UAB Motors foi avaliada em R\$ 510.000 (quinhentos e dez milhões de reais) - *Enterprise Value*, dos quais R\$ 395.000 (R\$ trezentos e noventa e cinco milhões de reais) serão pagos em dinheiro na data do fechamento da transação, e o saldo remanescente será retido para deduzir eventuais ajustes de endividamento líquido, capital de giro e eventuais contingências. A conclusão da aquisição está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pelas montadoras de veículos concedentes. **b) Aquisição da Sagamar Serviços, Administração e Participações Ltda. ("Sagamar")** - Em dezembro de 2021, a Simpar celebrou contratos de compra e venda para aquisição de 100% da Sagamar, empresa que opera concessionárias de veículos leves no estado do Maranhão, e acrescentará novos negócios que operam nove novas marcas de veículos por meio de 14 lojas. A Sagamar foi avaliada em R\$ 306.000 (trezentos e seis milhões de reais), valor que será ajustado com base na dívida líquida, capital de giro e outros ajustes na data de fechamento da transação, a ocorrer após a conclusão de determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pelas montadoras de veículos concedentes. O pagamento do preço será de 51% em dinheiro e 49% convertido em ações que resultará em participação relativa de 12,60% no capital social da controlada Original Holding. **1.3. Relação de participação em entidades controladas e coligadas** - As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. A mensuração da participação (%) não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Controladora e das seguintes sociedades controladas:

	País sede	31/12/2021	31/12/2020
Simpar S.A. ("Simpar")	Brasil	57,44%	55,51%
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Ribeira)	Brasil	99,99%	99,99%
Ciclus Ambiental do Brasil S.A. (Ciclus)	Brasil	-	99,99%
Horizontes I SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	-
Guerino Lubiani SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	-
Horizontes II SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	-
Vision Colinas SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	-
RBRA 1 SPE Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,99%	-
RBRA 2 SPE Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,99%	-
RBRA 3 Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,99%	-
RBRA 4 Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,99%	-
RBRA 5 Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,99%	-
RBRA 6 SPE Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,00%	-
RBRA 7 SPE Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,00%	-
RBRA 8 SPE Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,00%	-
RBRA 9 SPE Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,00%	-
RBRA 10 SPE Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,00%	-

A seguir listamos a participação (%) indireta da Companhia por meio de controlada Simpar S.A.:

Razão social	País sede	Segmento	31/12/2021	31/12/2020
JSL S.A. ("JSL")	Brasil	JSL Logística	41,56	41,10
Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda. ("Agrolog Transportadoras") (i)	Brasil		41,56	41,10
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A. ("Medlogística")	Brasil		41,56	41,10
Quick Armazéns Gerais - Eireli - ME ("Quick Armazéns")	Brasil		41,56	41,10
Quick Logística Ltda. ("Quick Logística")	Brasil		41,56	41,10
Riograndense Navegação Ltda. ("Riograndense") (i)	Brasil		41,56	41,10
Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda. ("Sinal Serviços")	Brasil		41,56	41,10
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda. ("Yolanda")	Brasil		41,56	41,10
Moreno Holding Ltda. (Moreno Holding")	Brasil		41,56	41,10
Transmoreno Transporte e Logística Ltda. ("Transmoreno")	Brasil		41,56	41,10
Fadel Holding Ltda. ("Fadel Holding")	Brasil		41,56	30,82
Fadel Transportes e Logística Ltda. ("Fadel Transportes")	Brasil		41,56	30,82
Fadel Soluções em Logística ("Fadel Soluções")	Brasil		41,56	30,82
Locadel Veículos Ltda ("Locadel")	Brasil		41,56	30,82
Mercosur Factory Sociedad Anónima (Fadel Paraguai)	Paraguai		41,56	30,82
Pronto Expresso Logística S.A.	Brasil		41,56	-
TPC Logística Sudeste S.A.	Brasil		41,56	-
TPC Logística Nordeste S.A.	Brasil		41,56	-
Transportadora Rodomeu Ltda.	Brasil		41,56	-
Abate Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		41,56	-
Unileste Transportes Ltda.	Brasil		41,56	-
Movida Participações S.A. ("Movida Participações")	Brasil	Movida	36,26	30,72
Movida Locação de Veículos Premium Ltda. ("Movida Premium")	Brasil		36,26	30,72
Movida Locação de Veículos S.A. ("Movida Locação")	Brasil		36,26	30,72
Movida Europe S.A. (Movida Europe)	Luxemburgo		36,26	55,51
Vox Frotas Locadoras S.A. ("Vox")	Brasil		36,26	-
Original Locadora de Veículos Ltda. ("Original Locadora")	Brasil		57,44	55,51
CS Brasil Participações e Locações Ltda. ("CS Brasil Participações") (iv)	Brasil		36,26	55,51
CS Brasil Frotas Ltda. ("CS Brasil Frotas") (iv)	Brasil		57,44	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos")	Brasil	Vamos	41,66	55,51
Vamos Máquinas S.A. ("Vamos Máquinas")	Brasil		41,66	55,51
Vamos Seminovos S.A. ("Vamos Seminovos")	Brasil		41,66	55,51
Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. ("Vamos Linha Amarela")	Brasil		41,66	55,51
Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. ("Vamos Agrícolas")	Brasil		41,66	55,51
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio")	Brasil		41,66	55,51
Borgato Serviços Agrícolas S.A. ("Borgato Serviços")	Brasil		41,66	55,51
Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda.	Brasil		41,66	-
BMB Mode Center S.A.	Brasil		31,28	-
BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable	México		31,28	-

Razão social	País sede	Segmento	31/12/2021	31/12/2020
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (ii)	Brasil	CS Brasil	36,26	55,51
CS Brasil Holding e Locação S.A. ("CS Brasil Holding")	Brasil		57,44	-
CS Finance S.a.r. ("CS Finance")	Luxemburgo		57,44	-
BRT Sorocaba Concessionárias	Brasil		28,58	27,62
Consórcio Sorocaba (ii)	Brasil		28,72	27,76
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda. ("Mogipasses")	Brasil		57,44	55,51
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda. ("Mogi Mob")	Brasil		57,44	55,51
TPG Transporte de Passageiros Ltda. ("TPG Transporte")	Brasil		57,44	55,51
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.	Brasil		57,44	-
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.	Brasil		57,44	-
Original Holding S.A. ("Original Holding")	Brasil	Original	57,44	-
Avante Veículos Ltda. ("Avante Veículos")	Brasil	Concessionárias	57,44	55,51
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda. ("Madre Corretora")	Brasil		57,44	55,51
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda. ("Original Distribuidora")	Brasil		57,44	55,51
Original Veículos Ltda. ("Original Veículos")	Brasil		57,44	55,51
Ponto Veículos Ltda. ("Ponto Veículos")	Brasil		57,44	55,51
BBC Holding Financeira Ltda. ("BBC Holding")	Brasil	BBC	57,44	55,51
BBC Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil		57,44	55,51
BBC Leasing S.A. Arrendamento Mercantil S.A. ("BBC Leasing")	Brasil		57,44	55,51
BBC Pagamentos Ltda. ("BBC Pagamentos")	Brasil	Holdings e demais	57,44	55,51
Original Locadora de Veículo Ltda.	Brasil		57,44	-
Simpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Simpar Empreendimentos")	Brasil		57,44	-
Simpar Europe.(nova denominação da JSL Europe)	Luxemburgo		57,44	55,51
Simpar Finance S.a.r. ("Simpar Finance", nova denominação da JSL Finance)	Luxemburgo		57,44	55,51

(i) Empresa em fase pré-operacional ou dormente; (ii) A controlada indireta CS Brasil Transportes consolida proporcionalmente em seu balanço sua parcela de 50% contribuída no Consórcio Sorocaba. (iii) Visando uma melhor organização do segmento Original, foi aportado na controlada Original Holding as controladas Avante Veículos Ltda, Original Veículos Ltda, Original Distribuidora Ltda e Ponto Veículos Ltda. Assim, essas empresas tornaram-se integralmente subsidiárias da Original Holding. (iv) Conforme descrito na nota explicativa 1.2.1 (ii), a CS Brasil Participações e CS Brasil Frotas foram alocadas no segmento Movida através de incorporação de ações.

1.4. Situação da COVID-19 - A Companhia e suas controladas continuam monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da Organização Mundial, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. A Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tomar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer. Para a emissão dessas demonstrações financeiras, foi analisado o cenário até agora vivido, com o intuito de identificar eventuais indicativos de perdas que pudessem impactar estimativas, julgamentos e premissas, a recuperabilidade dos seus ativos, e a mensuração das provisões apresentadas. Não foram identificados indicativos de perdas. **1.5. Reapresentação das cifras comparativas** - Em 2020, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros. Na controladora a referida correção afetou o total do ativo e no patrimônio líquido em R\$ 112.221. No consolidado o ajuste o ajuste no ativo foi de R\$ 82.633, passivo R\$ 142.908 e no patrimônio líquido resultou ajuste de R\$ (60.275). As demonstrações financeiras da controladora e consolidado em 31 de dezembro 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os efeitos da reapresentação da controladora e consolidado são demonstrados a seguir:

Ativo	Nota	Controladora			Natureza
		Original	Ajuste	Reapresentado	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.120	-	41.120	
Tributos a recuperar	10	773	-	773	
Dividendos a receber	25.1	36.800	-	36.800	
Adiantamentos a terceiros	-	472	-	472	
Outros créditos	-	1.632	-	1.632	
Não circulante		80.797	-	80.797	
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	25.1	42.117	(196)	41.921	Recálculo de mútuo com a controlada Ciclus.
		42.117	(196)	41.921	
Investimentos	11	1.348.605	(112.025)	1.236.580	R\$ 56.670 - ajustes de exercícios anteriores da controlada Ciclus. R\$ 3.409 - ajustes de exercícios anteriores da controlada Ribeira R\$ 51.946 - mudança de critério de avaliação das ações da JSL de marcação a mercado para equivalência patrimonial
Total do ativo		1.350.120	(112.025)	1.238.095	
		1.473.034	(112.221)	1.360.813	

Passivo	Nota	Controladora			Natureza
		Original	Ajuste	Reapresentado	
Circulante					
Fornecedores	14	56	-	56	
Empréstimos e financiamentos	17	36.142	-	36.142	
Obrigações sociais e trabalhistas	22	350	-	350	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	24	524	-	524	
Tributos a recolher	-	1.470	-	1.470	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	39.869	-	39.869	
Outras contas a pagar	-	2.775	-	2.775	
		81.186	-	81.186	
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	102.362	-	102.362	
Partes relacionadas	25	24.645	-	24.645	
	-	127.007	-	127.007	
Total do passivo		208.193	-	208.193	
Patrimônio líquido					
Capital social	26	422.169	-	422.169	
Reservas de capital	26	372.823	-	372.823	
Reserva de lucros	-	119.429	(69.166)	50.263	R\$ 56.670 - ajustes de exercícios anteriores da controlada Ciclus. R\$ 3.409 - ajustes de exercícios anteriores da controlada Ribeira R\$ 8.891 - mudança de critério de avaliação das ações da JSL de marcação a mercado para equivalência patrimonial. R\$ 196 - critério de atualização do mútuo com a Ciclus Ajuste de saldos iniciais das ações da JSL
Ajustes de avaliação patrimonial	-	74.010	(43.055)	30.955	
Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas	-	276.410	-	276.410	
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.264.841	(112.221)	1.152.620	
Total do passivo e patrimônio líquido		1.473.034	(112.221)	1.360.813	

Ativo	Nota	Controladora			Natureza (todos os ajustes ocorreram na controlada Ciclus)
		Original	Ajuste	Reapresentado	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	494.130	-	494.130	
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	7.918.780	-	7.918.780	
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	80.380	-	80.380	
Contas a receber	7	2.048.008	(4.989)	2.043.019	
Crédito de carbono	-	2.915	(2.915)	-	
Estoques	8	213.017	2.434	215.451	
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	9	320.879	-	320.879	
Tributos a recuperar	10	167.705	(1.625)	166.080	Abertura de CP x LP
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24.3	298.451	-	298.451	
Despesas antecipadas	-	58.314	-	58.314	
Adiantamentos a terceiros	-	44.161	-	44.161	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

Passivo Circulante	Nota	Consolidado			Natureza (todos os ajustes ocorreram na controlada Ciclus)
		Original	Ajuste	Reapresentado	
Fornecedores	14	2.139.745	2.626	2.142.371	Adiantamento de fornecedores
Floor plan	15	71.844	-	71.844	
Risco sacado a pagar – montadoras	16	157.923	-	157.923	
Empréstimos e financiamentos	17	1.497.954	-	1.497.954	
Debêntures	18	592.595	-	592.595	
Arrendamentos a pagar	19	131.092	-	131.092	
Arrendamentos por direito de uso	20	101.600	1.703	103.303	Reconhecimento de IFRS 16
Cessão de direitos creditórios	21	6.043	-	6.043	
Obrigações sociais e trabalhistas	22	273.223	-	273.223	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	24	19.203	-	19.203	
Tributos a recolher	-	119.806	(40)	119.766	Ajuste de apuração de imposto de renda
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	100.925	-	100.925	
Adiantamentos de clientes	-	186.296	(7.913)	178.383	Encontro de contas receber x adiantamento clientes
Partes relacionadas	25	3.754	3.897	7.651	1. Adiantamento a fornecedores partes relacionadas R\$ 3.850 2. Provisão Promulti Comissão R\$ 47 Reconhecimento das remediações e pavimentação.
Outras contas a pagar	-	378.925	3.833	382.758	
		5.780.928	4.106	5.785.034	
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	9.631.641	-	9.631.641	
Debêntures	18	5.968.161	-	5.968.161	
Arrendamentos a pagar	19	182.314	-	182.314	
Arrendamentos por direito de uso	20	390.965	5.053	396.018	Reconhecimento de IFRS 16
Cessão de direitos creditórios	21	6.043	-	6.043	
Tributos a recolher	-	15.992	-	15.992	
Provisão para demandas judiciais e administrativas	23	191.491	5.283	196.774	1. Provisão contingência trabalhista - R\$ 1.992 2. Provisão contingência ambiental - R\$ 939 3. Provisão KMG - R\$ 2.353 Ajuste do ARO
Provisão para custo de desmontagem	23	3.260	126.467	129.727	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	676.429	-	676.429	
Partes relacionadas	25	213	(1)	212	
Outras contas a pagar	-	399.558	2.000	401.558	Reconhecimento das remediações e pavimentação
		17.466.067	138.802	17.604.869	
Total do passivo		23.246.995	142.908	23.389.903	
Patrimônio líquido					
Capital social	26	422.169	-	422.169	
Reservas de capital	26	372.823	-	372.823	
Reserva de lucros	-	119.429	(69.166)	50.263	R\$ 56.670 - ajustes de exercícios anteriores da controlada Ciclus. R\$ 3.409 - ajustes de exercícios anteriores da controlada Ribeira R\$ 8.891 - mudança de critério de avaliação das ações da JSL de marcação a mercado para equivalência patrimonial. R\$ 196 - critério de atualização do mútuo com a Ciclus Ajuste de saldos iniciais das ações da JSL
Ajustes de avaliação patrimonial	-	74.010	(43.055)	30.955	
Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas	-	276.410	-	276.410	
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.264.841	(112.221)	1.152.620	
Participação de não controladores	26	2.093.032	51.946	2.144.978	
Total do patrimônio líquido		3.357.873	(60.275)	3.297.598	
Total do passivo e patrimônio líquido		26.604.868	82.633	26.687.501	

1.6. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade - A gestão do Grupo promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos: • regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas; • tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo; • de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; • reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono. **Mudanças climáticas** - Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Companhia é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo. Nesse sentido, em 2021, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor. Em 2021, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento “Empresários pelo Clima” e nos comprometendo com metas de redução das emissões de GEE no Brasil. Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observarmos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais. **Gestão de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas** - O setor, em que o grupo está inserido, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e decorrentes das emissões atmosféricas, fato que pode ter grande interferência nas mudanças climáticas. Nesse sentido, além de adotar ações para minimizar emissões de GEE – principalmente com a manutenção de frota com baixa idade média, o Grupo acompanha discussões legislativas, realiza análises internas e externas, promove *benchmarking* nacional e internacional e estuda parcerias de agências externas em relação aos temas ESG. O grupo mantém atualizada sua matriz de riscos climáticos, com vistas a ampliar a cobertura de riscos contra eventos extremos. **Estratégia de descarbonização** - O plano estratégico do Grupo para reduzir seu impacto na emissão de CO₂, inclui as seguintes metas: • Potencial para aquisição de caminhões elétricos ou movidos a biometano; • Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol; • Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria; • Implantação da tecnologia de telemetria na maior parte da frota, promovendo melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível em sua frota locada; • Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Promoção da redução das emissões de CO₂, por meio da implementação de novas tecnologias, como difusor para instalação em veículos a gásóleo, permitindo uma exposição limpa no motor em sua frota locada; • Programas de incentivos junto aos seus clientes que visem otimizar as operações da sua frota locada, tornando-as mais eficientes, investindo em melhores tecnologias e manutenção. **Engajamento em mudanças climáticas** - O Grupo considera imprescindível seu papel na disseminação e fomentação de boas práticas na sociedade. Nesse contexto, através de suas subsidiárias, possui programas e iniciativas que buscam auxiliar os clientes no mapeamento de emissões e oferecer oportunidades de redução e neutralização de carbono, como por exemplo, o Programa *Carbon Free* da Movida. Na CS Brasil, há o Programa Motorista Ouro, fomenta o consumo eficiente de combustível e redução da emissão de GEE junto aos motoristas. A Ciclus Ambiental trabalha com expertise na gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e com tecnologias para gerar, a partir de tratamentos inovadores, ativos econômicos, isto é, o gás metano e o chorume, ambos altamente poluentes, são transformados, respectivamente, em biogás e água desmineralizada, promovendo a geração de créditos de carbono. De forma geral, todas as controladas buscam engajar seus clientes, colaboradores e demais públicos em projetos de Sustentabilidade, pois entende-se que, a partir dessas iniciativas, novas oportunidades de atuação podem surgir e gerar ainda mais impacto positivo para a sociedade. Atenta aos riscos e oportunidades em mudanças climáticas, o Grupo busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação, participando de iniciativas e fóruns nesse sentido, além de adotar práticas voluntárias, a exemplo da publicação do inventário de GEE nos moldes do *GHG Protocol*. **Gestão de recursos naturais** - O Grupo possui sua sede administrativa e o Intermodal certificados pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores. Em relação a gestão de resíduos o Grupo dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o *software* voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo. Objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2. BASES DE PREPARAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* – IFRS) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 02 de junho de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 6.1. **2.2. Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira** - **a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto pelas controladas: Fadel Paraguai, Fadel África do Sul e BMB México cujo as moedas funcionais são o Guarani, *Rand* sul-africano e o peso mexicano respectivamente, conforme mencionado no item (c) abaixo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros, como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente da moeda funcional, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia** - As demonstrações financeiras das controladas indiretas Fadel Paraguai, Fadel África do Sul e BMB México, foram convertidas para o Real – R\$, moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio do exercício; (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Outras variações patrimoniais reflexas de controladas”. As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxa	31/12/2021
Guarani	Média	0,0008293
Guarani	Fechamento	0,0008138
Peso mexicano	Média	0,266
Peso mexicano	Fechamento	0,273
Rand sul-africano	Média	0,356
Rand sul-africano	Fechamento	0,345

Os valores apresentados nas demonstrações de fluxo de caixa são extraídos das variações mensuradas pela do caixa e equivalente de caixa, conforme mencionado acima.

2.3. Base de consolidação e combinação - **a) Combinação de negócios** - Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado quando incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. As técnicas de avaliação para mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos são:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangíveis	<i>Método relief-from-royalty e método multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de <i>royalties</i> estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. Método <i>multi-period excess earnings MPEEM</i> : o método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender o ativo desmobilizados.

Nos casos em que o Grupo adquire uma controlada com participação menor que 100% mas possui contrato compra de opção de compra, e, concomitantemente, opção de venda, isto é, opção de venda simétrica com os antigos proprietários, da participação societária remanescente após aquisição, o Grupo considera que a aquisição de 100% das ações da controlada na data da combinação de negócios, com base no método de aquisição antecipada, e reconhece o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações contra uma redução da participação de não controladores. As variações do valor justo das opções posteriores a data de aquisição são reconhecidas na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a Companhia incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos é dedutível. Os Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram refletidas, quando aplicável, para as empresas descritas na nota explicativa 1.3, incluindo, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação. **b) Combinação de negócios sob controle comum** - Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios sob controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório. A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos. **c) Controladas** - O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **d) Operação em conjunto** - A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A Simpar mantém operações no consórcio Sorocaba por meio de sua controlada CS Brasil Transportes, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, na proporção de sua participação. **e) Participação de acionistas não controladores** - A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **f) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial** - Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (*joint venture*). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **g) Transações eliminadas na consolidação** - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.4. Instrumentos financeiros** - **2.4.1. Ativos financeiros - a) Reconhecimento e mensuração** - As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota explicativa 6.1). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). • O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 6.3.(b) para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos financeiros a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

c) Desreconhecimento - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.4.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. - O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.4.3. Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4. Instrumentos derivativos e contabilidade de *hedge*** - O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. Com exceção da JSPH as demais empresas do grupo optaram pela contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. **a) Hedge de fluxo de caixa** - Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida no resultado. O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. **b) Hedge de valor justo** - Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de valor justo, as variações do seu valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, assim como essas variações também são contabilizadas no item protegido em contrapartida o resultado do exercício. **c) Monitoramento de efetividade** - A efetividade da relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge* é avaliada na data da designação considerando os aspectos qualitativos dos instrumentos, e quantitativos quando necessário. Geralmente o Grupo contrata instrumentos derivativos de *hedge* com valores de principal, bem como quantidades iguais aos do objeto de *hedge*, gerando assim os índices de *hedge* na relação de 1:1. É utilizado um método que captura as características relevantes da relação de proteção, que inclui as fontes de inefetividade de *hedge*. Dependendo desses fatores, o método de avaliação é qualitativo ou quantitativo. Desta forma, para manter níveis básicos de monitoramento, são observados: • O termo de designação evidenciado o índice de relação de proteção entre o(s) item(s) objeto e o(s) instrumento(s) de *hedge* respectivo(s); • O termo de designação descrevendo o método a ser utilizado para medir a relação de proteção prospectivamente • Mensalmente são mensurados os itens protegidos e os itens de *hedge* para contabilização; e • Trimestralmente, é avaliada se há inefetividade a ser reportada e reconhecida. **2.4.5. Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros** - O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. O Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3.(a) é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é provisionado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de provisionar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor provisionado. No entanto, os ativos financeiros provisionados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **2.5. Mensuração ao valor justo** - Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requerem a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros - veja nota explicativa 3.2. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.6. Estoques** - Os estoques mantidos pelo Grupo se referem substancialmente a veículos novos e usados para venda e revenda, através de suas concessionárias, e peças mantidas em estoque para manutenção de seus veículos. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em tratê-los às suas localizações e condições existentes, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.7. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)** - Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo Simpar renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.8. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas na nota explicativa 14. **Células utilizadas no aterro sanitário – CS Infra** - As células, unidades do sistema de drenagem do aterro sanitário, são depreciadas por critério baseado em unidade depositada, em que cada tonelada de resíduos depositados reduz o potencial de depósitos futuros do aterro na exata proporção do material depositado. Consequentemente, também reduz (“*consume*”) proporcionalmente os benefícios econômicos futuros do aterro. A depreciação leva em consideração a relação entre os resíduos sólidos coletados e depositados e a capacidade total de armazenamento de tais resíduos em cada um dos três aterros sanitários (AS1, AS2 e AS3) inseridos dentro do aterro sanitário localizado no aterro de Seropédica. Entretanto, consideramos que posteriormente ao depósito, os resíduos continuam a gerar benefícios futuros na forma de geração de gás durante muitos anos, uma parcela da despesa de depreciação deve ser alocada aos períodos posteriores ao depósito. A base de depreciação é formada pelo custo projetado até o fim da vida útil do aterro sanitário, descontado do valor residual, equivalente ao fluxo de caixa futuro (até 2050) proveniente da receita de biogás após o encerramento do aterro. Esses custos incluem, além da capacidade total do aterro, custo de construção a incorrer e receitas supracitadas, os gastos de manutenção do terreno após o fechamento do aterro. (i) As edificações são próprias e foram construídas dentro de próprio terreno no CTR. (ii) As benfeitorias realizadas na implantação das ETRS são depreciadas conforme o contrato de concessão com a Comlurb. **Revisão** - O Grupo adota o procedimento de revisar no mínimo anualmente, as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização, e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **2.9. Intangível - 2.9.1. Ágio** - O ágio (“*goodwill*”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“*UGCs*”), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **2.9.2. Softwares** - As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas na nota explicativa 15. **2.9.3. Fundo de comércio** - O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (“*impairment*”), conforme descrito na nota explicativa 15. **2.9.4. Acordo de não competição e carteira de clientes** - Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 15. **2.9.5. Marcas e patentes** - As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (“*impairment*”), conforme descrito na nota explicativa 15. **2.9.6. Licença de Operação** - As licenças de operação são amortizadas e são registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua operação são reconhecidas como despesas quando incorrida. Para que a Companhia pudesse implantar e operar o CTR-Rio no município de Seropédica, algumas exigências, ou condicionantes, foram estipuladas, tais como: implantação de equipamentos urbanos no município de Seropédica, recuperação do lixão de Itaguaí e Seropédica, recuperação de vias de Seropédica e Itaguaí, aquisição de área de reserva legal e doação ao Estado do Rio de Janeiro, implantação de biblioteca com centro de informática para o município de Seropédica, e implantação de praça ambientalmente sustentável na região. **2.9.7. Amortização e testes de perda de valor recuperável (“impairment”)** - A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 15. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (“*impairment*”), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (“*UGC*”), e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. O valor recuperável de uma *UGC* é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada *UGC* atua. As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgadas na nota explicativa 15. **2.10. Arrendamentos** - No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16. **(i) Como arrendatário** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca à contraprestação no contrato à cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que

a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Simpar. O Grupo Simpar e suas controladas usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Simpar e suas controladas, alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como “arrendamento mercantil a pagar”, que não atender à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos a pagar por direito de uso” e “arrendamentos a pagar a instituições financeiras” no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor** - O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.4.1.(c) e 2.4.5). Também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, na BBC Leasing, o cálculo para imposto de renda é constituído à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando à alíquota de 15%, conforme Lei nº 13.169/15.019. **Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro** - O Grupo aplica a interpretação técnica ICPC 22 / IFRIC 23, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade conclua que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. **2.12. Provisões - 2.12.1. Geral** - Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.12.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** - O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.12.3. Receitas de contrato com clientes** - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.12.4. Receita de serviços dedicados e cargas gerais** - **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Serviços oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (operações *Inbound*), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (operações *Outbound*) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema “ponto A” para “ponto B”, por meio de veículos carga completa (*Full Truck Load*), e são faturados de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.12.5. Receita de locação e prestação de serviços - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Locação de frota de veículos pesados para transporte de cargas (leves e pesadas), incluindo manutenção preventiva e corretiva, locação de máquinas e equipamentos agrícolas, locação de veículos leves (*rent a car*) e gestão e terceirização de frotas de veículos leves (GTF). As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à prestação dos serviços e as faturas para assistência técnica são emitidas após conclusão dos serviços prestados. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos leves e pesados, máquinas e/ou equipamentos. O valor da receita a ser reconhecido é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.12.6. Receita de transporte de passageiros - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Serviços de transporte de passageiros para empresas privadas (fretamento) e público municipal de passageiros. O serviço de transporte privado ocorre no momento em que a frota é disponibilizada para as empresas, e é faturado de acordo com o contrato com cada cliente. O serviço de transporte público ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita de serviços de fretamento para empresas é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base na utilização pelos colaboradores das empresas privadas. A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro. **2.12.7. Receita de venda de ativos desmobilizados - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo Simpar desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede concessionárias do Grupo Simpar. Os clientes obtêm controle dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. Considerando a natureza de sua operação, o caixa utilizado na aquisição destes ativos imobilizados é considerado como atividade operacional na demonstração dos fluxos de caixa. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.12.8. Receita de vendas de veículos e peças - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor e caixa de marcha, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas quando aplicável. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque. **2.12.9. Receita de serviços financeiros de arrendamento mercantil de veículos e equipamentos - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - As receitas de prestação de serviços de emissão de moeda eletrônica, na modalidade de cartões pré-pagos. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita oriunda de contratos de arrendamento financeiro é reconhecida como receita financeira ao longo do prazo do arrendamento, apropriada de acordo com a taxa de retorno respectiva. **2.12.10. Receita de tratamento de resíduos - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - A Companhia realiza a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e industriais de grandes geradores da cidade do Rio de Janeiro e de outras prefeituras. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - O reconhecimento da receita é realizado no momento da prestação de serviço e faturado no mês imediatamente posterior, em conformidade com os seus contratos de prestação de serviço. **2.12.11. Comercialização de biogás - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica. Por meio destes processos bioquímicos é produzido o biogás. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - O reconhecimento da receita é realizado no momento da comercialização do biogás e emissão da nota fiscal, em conformidade com o contrato de comercialização do biogás. **2.12.12. Crédito de carbono - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - O Grupo possui um sistema digital eficaz que registra os dados da quantidade de gás captado e queimado em determinado período. Após apuração da quantidade, a Companhia calcula a quantidade de créditos gerados com base na metodologia da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) aplicável ao projeto, e posteriormente apura o valor mensal da receita. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - As receitas são reconhecidas apenas quando da efetivação do recebimento financeiro. O processo de auditoria e validação dos créditos gerados para emissão das Reduções Certificadas de Emissões (“*RCE*”) é efetuado por empresa credenciada junto à UNFCCC. A validação da receita oriunda do crédito de carbono ocorre após o recebimento do “Certificado *RCE*”, emitido pelo agente verificador UNFCCC. **2.13. Benefícios a empregados - 2.13.1. Benefícios de curto prazo** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável. **2.13.2. Transações com pagamentos baseados em ações** - O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.14. Capital social - 2.14.1. Ações ordinárias** - Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. **2.14.2. Recompra e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria)** - Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reservas de capital. No eventual cancelamento a redução é reconhecida em contrapartida do capital social. **2.14.3. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.15. Provisão para encerramento do aterro sanitário – Remediação ambiental** - A provisão para custos de encerramento do aterro sanitário teve sua origem na construção do aterro sanitário, considerando a obrigação de remediação ambiental, tratamento do chumbo e monitoramento ambiental por um período de 25 anos após seu encerramento. Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a valor presente. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos** - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Consolidação e combinação de negócios; determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida - nota explicativa 2.3. b) Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras); o Grupo classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não têm a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo. **3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Aquisições de controlada: Mensuração do valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos - notas explicativas 2.3 (a) e 1.2; b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - notas explicativas 2.11 e 27; c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - notas explicativas 2.8 e 14; d) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - definição do valor residual - notas explicativas 2.7 e 11; e) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - notas explicativas 2.9.7 e 15.2; f) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - notas explicativas 2.4.5 e 9; g) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - notas explicativas 2.12.2 e 25.2; h) Transações com pagamentos baseados em ações (probabilidade de exercício da opção) - notas explicativas 2.13.2 e 29.2.(a); i) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - notas explicativas 2.4.4. e 6.1. j) Provisão para encerramento do aterro sanitário – Remediação ambiental: reconhecimento e mensuração de provisão para encerramento do aterro sanitário de remediação ambiental - notas explicativas 2.8 (c) e 26. k) Arrendamento: taxa incremental de financiamento e períodos de contrato – notas explicativas 2.10 e 20.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **4.1. Alteração ao IAS 16 “Ativo Imobilizado”**: Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **4.2. Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”** - Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **4.3. Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”**: Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. **4.4. Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) **IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”** - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) **IFRS 16 - “Arrendamentos a pagar por direito de uso”** - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. **4.5. Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”** Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere “liquidação” de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **4.6. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”**. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **4.7. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro** - A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **4.8. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro** - A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo JSP que foram identificados com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos seus principais tomadores de decisão, e estão descritas na nota explicativa 1. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Em 31 de dezembro de 2020, no segmento JSL possuía dois clientes com receita maior que 10%, sendo o maior correspondendo a 13,8% da receita líquida de serviços, ou R\$ 366.000 e o segundo com 12,1% da receita líquida de serviços, ou R\$ 322.000. As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021								
	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil	Original Concessionárias	BBC	Holding e demais	Eliminações ⁽ⁱ⁾	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	4.295.978	5.332.623	2.823.495	833.627	731.758	43.267	407.835	(300.520)	14.168.063
(-) Custo de venda, locação e prestação de serviços	(3.571.321)	(1.027.615)	(1.691.838)	(444.164)	(589.455)	(8.190)	(217.350)	101.000	(7.448.933)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(63.991)	(1.918.460)	(98.407)	(158.843)	(1.155)	-	-	163.076	(2.077.780)
(=) Lucro bruto	660.666	2.386.548	1.033.250	230.620	141.148	35.077	190.485	(36.444)	4.641.350
Despesas comerciais	(19.408)	(297.143)	(112.903)	(4.290)	(43.502)	(8)	(1.660)	4.640	(474.274)
Despesas administrativas	(274.937)	(292.954)	(166.185)	(41.322)	(66.412)	(12.736)	(122.154)	48.294	(928.406)
(Provisão) reversão de perdas esperadas (“ <i>impairment</i> ”) de contas a receber	(3.517)	(30.499)	(15.741)	160	97	(6.664)	-	-	(56.164)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	161.129	(99.215)	15.214	(1.936)	19.126	1.109	44.046	(13.950)	125.522
Resultado na equivalência patrimonial	-	-	-	(1.491)	-	4	549.852	(549.656)	(1.291)
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	523.933	1.666.737	753.635	181.741	50.457	16.782	660.569	(547.116)	3.306.737
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	706.731
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.031.564)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade									1.981.904
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	(638.582)
Lucro líquido do exercício									1.343.322
Ativos totais por segmento em 31/12/2021	7.122.247	21.715.852	10.185.525	1.339.477	372.226	345.912	15.836.673	(8.019.783)	48.898.129
Passivos totais por segmento em 31/12/2021	5.792.396	18.431.381	7.545.339	1.134.685	161.849	235.399	10.094.543	(304.819)	43.090.773
Depreciação e amortização em 31/12/2021	(234.139)	(416.251)	(296.109)	(82.446)	(17.494)	(64)	(55.289)	4.038	(1.097.754)
(i) Eliminações de transações efetuadas entre os segmentos.									

	31/12/2020								
	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil	Original Concessionárias	BBC	Holding e demais	Eliminações ⁽ⁱ⁾	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	1.551.375	2.026.269	887.809	450.290	374.227	23.275	168.459	(114.403)	5.367.301
(-) Custo de venda, locação e prestação de serviços	(1.269.100)	(578.311)	(510.381)	(241.750)	(305.638)	(5.355)	(111.775)	42.984	(2.979.326)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(98.372)	(992.530)	(85.306)	(107.853)	(2.157)	-	-	50.625	(1.235.593)
(=) Lucro bruto	183.903	455.428	292.122	100.687	66.432	17.920	56.684	(20.794)	1.152.382
Despesas comerciais	(8.942)	(113.690)	(38.643)	(1.140)	(17.016)	(21)	6.339	(2.485)	(175.598)
Despesas administrativas	(70.046)	(113.109)	(54.104)	(17.111)	(28.852)	(5.418)	(55.195)	31.498	(312.337)
Reversão (provisão) de perdas esperadas (“ <i>impairment</i> ”) de contas a receber	(1.341)	4.853	(1.016)	(587)	(46)	(5.191)	-	(1)	(3.329)
Provisão para perdas de valor recuperável (“ <i>impairment</i> ”) de ativos não financeiros	-	195.394	-	-	-	-	6.704	-	202.098
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15.998	(46.574)	6.027	(255)	(500)	1.581	(1.679)	925	(24.477)
Resultado na equivalência patrimonial	-	-	-	183	-	-	(86)	-	97
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	119.572	382.302	204.386	81.777	20.018	8.871	12.767	9.143	838.836
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	277.575
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	(592.304)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade									524.107
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	(138.439)
Lucro líquido do exercício									385.668
Ativos totais por segmento	4.838.756	8.502.627	4.225.479	2.529.609	304.186	241.139	11.200.416	(5.237.344)	26.604.868
Passivos totais por segmento	3.773.610	6.143.947	3.719.241	2.048.104	125.668	136.809	7.908.957	(609.341)	23.246.995
Depreciação e amortização	(119.486)	(204.150)	(142.948)	(82.628)	(9.247)	(35)	(49.376)	-	(607.868)
(i) Eliminações de transações efetuadas entre os segmentos.									

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

6.1. Instrumentos financeiros por categoria - Os instrumentos financeiros da JSP Holding estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total (I)	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	130.208	1	130.209	41.115	5	41.120
Instrumentos derivativos	275.039	-	275.039	-	-	-
Partes relacionadas	-	39.308	39.308	-	-	-
Outros créditos	-	1.129	1.129	-	-	-
	405.247	40.438	445.685	41.115	41.926	83.041

(i) O custo amortizado de caixa e equivalentes de caixa se equivale ao valor justo

	31/12/2021			31/12/2020		
	Passivo ao valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Passivo ao valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	-	153	153	-	56	56
Empréstimos e financiamentos	-	322.161	322.161	-	138.504	138.504
Instrumentos derivativos	303.743	-	303.743	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	24.645	24.645
Outras contas a pagar	-	-	-	-	2.775	2.775
	303.743	322.314	626.057	303.743	165.980	469.723

	31/12/2021			31/12/2020				
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado (I)	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total

Ativos, conforme balanço patrimonial									
Caixa e equivalentes de caixa	351.435	-	1.033.115	1.384.550	460.059	-	-	34.071	494.130
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	17.065.522	-	-	17.632.106	7.144.866	-	923.397	-	8.068.263
Instrumentos financeiros derivativos	275.039	58.800	-	333.919	134.444	280.578	-	-	415.022
Contas a receber	-	-	-	3.398.132	3.398.132	-	-	2.160.756	2.160.756
Partes relacionadas	-	-	-	24.736	24.736	-	-	-	28.324
Outros créditos	-	-	-	74.394	74.394	-	-	-	76.629
	17.691.996	58.800	4.530.377	22.847.837	7.739.369	280.578	923.397	2.299.780	11.243.124

(i) O custo amortizado de caixa e equivalentes de caixa se equivale ao valor justo

	31/12/2021			31/12/2020			
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial							
Fornecedores	-	-	3.373.815	3.373.815	-	2.142.371	2.142.371
Floor plan	-	-	175.536	175.536	-	71.844	71.844
Risco sacado a pagar – montadoras	-	-	-	-	-	157.923	157.923
Empréstimos e financiamentos	-	-	19.301.516	19.301.516	1.618.827	9.510.768	11.129.595
Debêntures	-	-	14.535.918	14.535.918	36.511	6.524.245	6.560.756
Arrendamentos a pagar	-	-	255.959	255.959	-	313.406	313.406
Arrendamentos por direito de uso	-	-	857.780	857.780	-	499.321	499.321
Instrumentos financeiros derivativos	303.743	680.251	-	983.994	-	-	-
Cessão de direitos creditórios	-	-	6.043	6.043	-	12.086	12.086
Partes relacionadas	-	-	610	610	-	3.967	3.967
Outras contas a pagar	-	-	739.322	739.322	-	687.285	687.285
	303.743	680.251	39				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

6.2. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	130.208	41.120	130.208	41.120
Instrumentos derivativos	275.039	-	275.039	-
Partes relacionadas	39.308	41.921	39.308	41.921
Outros créditos	1.129	-	1.129	-
Total	445.684	83.041	445.684	83.041
Passivos financeiros				
Fornecedores	153	56	153	56
Empréstimos e financiamentos	322.161	138.504	322.161	138.504
Instrumentos derivativos	303.743	-	303.743	-
Partes relacionadas	-	24.645	-	24.645
Outras contas a pagar	-	2.775	-	2.775
Total	626.057	165.980	626.057	165.980

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.384.551	494.130	1.384.551	494.130
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	17.632.107	8.068.263	17.632.107	8.068.263
Instrumentos financeiros derivativos	333.920	415.022	333.920	415.022
Contas a receber	3.398.133	2.142.371	3.398.133	2.142.371
Partes relacionadas	24.736	28.324	24.736	28.324
Outros créditos	74.395	76.629	74.395	76.629
Total	22.847.842	11.224.739	22.847.842	11.224.739
Passivos financeiros				
Fornecedores	3.373.816	2.142.371	3.373.816	2.142.371
Floor plan	175.537	71.844	175.537	71.844
Risco sacado a pagar – montadoras	1	157.923	1	157.923
Empréstimos e financiamentos	19.301.517	11.129.595	21.952.524	12.553.659
Debêntures	14.535.919	6.560.756	16.368.997	6.552.008
Arrendamentos a pagar	255.960	313.406	256.063	313.493
Arrendamentos por direito de uso	857.781	499.321	857.781	499.321
Instrumentos financeiros derivativos	983.995	-	983.995	-
Cessão de direitos creditórios	6.044	12.086	6.044	12.086
Partes relacionadas	611	3.967	982	3.967
Outras contas a pagar	739.323	687.285	739.315	687.285
Total	40.230.504	21.578.554	46.715.055	22.993.957

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização abaixo: **Nível 1** — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. **Nível 2** — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e **Nível 3** — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo de acordo com essa hierarquia:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa - CDB -						
Certificado de depósitos bancários	-	130.208	130.208	-	41.115	41.115
Instrumentos derivativos SWAP empréstimos – ponto ativa	-	275.039	275.039	-	-	-
	-	405.247	405.247	-	41.115	41.115
Passivos ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos derivativos SWAP empréstimos – ponto passiva	-	303.743	303.743	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	322.160	322.160	-	138.504	138.504
	-	625.903	625.903	-	138.504	138.504

	31/12/2021			31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado							
Caixa e equivalentes de caixa							
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	828.702	828.702	-	324.450	-	324.450
Operações compromissadas	-	45.137	45.137	-	3.367	-	3.367
Letras financeiras	-	141.286	141.286	-	44.641	-	44.641
Cota de outros fundos	2.796	221.227	224.023	27.027	-	-	27.027
Outros	-	26.870	26.870	-	60.574	-	60.574
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras							
CLN - <i>Credit linked notes</i>	-	2.646.298	2.646.298	-	2.482.215	-	2.482.215
Títulos soberanos (em USD)	4.547.161	-	-	-	-	-	-
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	80.543	-	80.543
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	4.265.190	-	4.265.190	-	2.476.269	-	2.476.269
LTN - Letras do Tesouro Nacional	5.603.649	-	5.603.649	-	2.027.589	-	2.027.589
Cota de fundos	3	-	3	68.920	-	-	68.920
Outros	-	3.221	3.221	-	8.201	-	8.201
Instrumentos financeiros derivativos							
Swap	-	280.953	280.953	-	134.444	-	134.444
Opção IDI	-	8.115	8.115	-	1.129	-	1.129
	14.418.799	4.201.809	18.620.608	4.599.805	3.139.564	-	7.739.369
Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes-VJORA							
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras							
Títulos soberanos (em USD)	566.584	-	566.584	470.570	-	-	470.570
Títulos corporativos (em USD)	-	-	-	452.827	-	-	452.827
Instrumentos financeiros derivativos							
Swap	-	38.783	38.783	-	280.578	-	280.578
	14.985.383	4.240.592	19.225.975	5.523.202	3.420.142	-	8.943.344
Passivos ao valor justo por meio do resultado							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.618.827	-	-	1.618.827
Debêntures	-	-	-	36.511	-	-	36.511
Obrigações a pagar por aquisição de empresas (i)	-	-	-	-	58.584	-	58.584
Instrumentos financeiros derivativos							
Swap	-	525.442	525.442	-	-	-	-
	-	525.442	525.442	-	1.655.338	58.584	1.713.922
Passivos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Swap	-	452.482	452.482	-	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Empréstimos e financiamentos	-	22.204.028	22.204.028	-	10.934.832	-	10.934.832
Debêntures	-	18.368.996	18.368.996	-	6.515.497	-	6.515.497
Arrendamentos a pagar	-	256.062	256.062	-	313.493	-	313.493
	-	40.829.086	40.829.086	-	17.763.822	-	17.763.822
	-	41.807.010	41.807.010	-	19.419.160	58.584	19.477.744

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor

justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados à CDI em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Vértice							
Taxa (a.a.) - %	9,15	11,20	11,79	11,00	10,61	10,61	10,72
Fonte: B3 31/12/2021							

6.3. Gerenciamento de riscos financeiros - O Grupo está exposto ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração, a quem compete autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo e quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações. Não são contratados derivativos para fins especulativos, mas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. **i. Caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras** - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo, amparado pelo seu Comitê Financeiro, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("B") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings*, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito do Grupo para caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores depositados em conta corrente	1	5	118.532	34.071
Br AAA	130.208	41.115	1.105.543	404.227
Br AA+	-	-	156.121	20.751
Br AA	-	-	4.354	33.413
Br AA-	-	-	-	1.668
Total de aplicações financeiras	130.208	41.115	1.266.018	460.059
Total de caixa e equivalentes de caixa	130.209	41.120	-	494.130

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras				
Br AAA	-	-	14.325.754	4.308.132
Br AA+	-	-	-	57.970
Br AA	-	-	-	295.420
G AAA	-	-	-	57.366
G BB+	-	-	131.248	32.711
G BB-	-	-	3.175.104	2.898.902
G BB	-	-	-	417.762
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	-	17.632.106	8.068.263

ii. Contas a receber - A "JSP" e suas controladas utilizam uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de provisão, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível, e, quando há recuperações, estas são reconhecidas no resultado do exercício. Foi registrado uma provisão para perda que representa a estimativa de perdas esperadas referentes ao Contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 9. **b) Risco de mercado** - O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado, afetando adversamente o resultado ou o fluxo de caixa. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. **i. Risco de variação de taxa de juros** - É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. As empresas do Grupo estão expostas substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso. Como política, o Grupo procura concentrar esse risco à variação do DI, e utiliza derivativos para esse fim. Para mitigar uma parcela dessa exposição, sua controlada Vamos adquiriu opções de compra de "Índice de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia" (IDI) listados na B3. Estas opções funcionam como limitadores, assegurando um limite máximo de variação de taxa de juros. As opções de IDI funcionam como uma espécie de seguro, em que o prêmio da opção se assemelha ao prêmio de um seguro onde a Vamos adquiriu apenas direitos. Os limitadores são contratados com o objetivo único e exclusivo de proteção de fluxo de caixa. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado. A controlada Simpar possui contratos de swap de taxas de juros indexadas ao IPCA mais spread pré-fixado, para percentual do CDI. Esses instrumentos foram contratados para proteger os resultados da Simpar das volatilidades causadas pelas variações do IPCA, nas datas de suas contratações, eram avaliadas pela Administração, com apoio do comitê financeiro, como maior risco. Todas as contratações foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Esses instrumentos, exceto por determinados contratos firmados pela controlada Movida, mencionados abaixo, foram eleitos para contabilidade de *hedge* de valor justo, conforme CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cujos ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dessas operações são registradas nos respectivos itens protegidos, e cujas ineficiências eventuais contabilizadas no resultado do período. A controlada Movida designou determinados contratos dessa mesma natureza para contabilidade de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo respectivas, foram contabilizadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. As transações e saldos respectivos estão relacionados no item (iii) a seguir. **ii. Risco de variação de taxa de câmbio** - A Companhia possui contratos de *swap* e *NDFs*, trocando US\$, *libor* + 3,80% a.a., para percentual do CDI. Esses instrumentos foram contratados para proteger os resultados da Companhia das volatilidades causadas pelas variações de câmbio e *libor*. Embora utilize economicamente os derivativos com finalidade de proteção, para se qualificar na relação de proteção é necessário a prova de relação de *hedge* altamente eficaz para fins de *hedge* accounting. Uma vez que a Companhia não adotará no momento esse método de contabilização, o valor justo dos derivativos são reconhecidos no resultado do exercício. O Grupo também está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e sua moeda funcional. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais, principalmente em Reais. Mas, também há contratos em dólares norte-americanos ("Dólares") e ("Euro"), que foram protegidos contra a variação de taxa de câmbio por instrumentos de *swap*, que troca a indexação cambial e taxa pré-fixada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, limitando a exposição a eventuais perdas por variações cambiais. Os contratos dessa natureza foram designados para contabilidade de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo respectivas, foram contabilizadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Conforme mencionado nas notas explicativas 1.1.2 (i) e (iii), as controladas Movida Europe e Simpar Europe emitiriam títulos de dívida no exterior de US\$ 800.000.000 e US\$ 625.000.000, respectivamente. Parcela dessas captações foi internada pela Companhia e pela Movida através de empréstimos efetuados com instituição financeira no Brasil, com os respectivos recursos aplicados em *Credit Linked Notes* - CLN em filiais da instituição financeira. Os empréstimos no Brasil são de US\$ 50.000.000 para JSPH, US\$ 425.000.000 pela Movida, US\$ 546.000 pela Vamos e US\$ 463.500.000 pela Simpar, e para essas exposições foram contratados instrumentos de *swap* trocando as variações cambiais e o *spread* das transações por percentual do CDI. Todas as exposições cambiais protegidas por operações com derivativos no Grupo estão demonstradas abaixo: **iii. Posição dos instrumentos derivativos de hedge dos riscos de mercado** - Os contratos vigentes de *swap* em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Empresa	Instrumento	Risco protegido	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nocial	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Pelo custo amortizado	Saldo da dívida protegida em 31/12/2021			
										Pelo valor Justo	Saldo em aberto a receber (pagar) justo em 31/12/2021	Ganhos reconhecido por Valor Justo	Perda reconhecida em ORA
JSPH	Contrato de <i>swap</i>	Risco de câmbio	Swap de taxa de câmbio	Swap USD X CDI</									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

As movimentações das perdas esperadas ("impairment") de contas a receber estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Patrimônio Líquido	Participação	Equivalência Patrimonial	Controladora	Consolidado	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019						
(-) Saldo acumulado (a)	(327.601)					
(-) aquisição de empresas	(619)					
(-) adições	(35.869)					
(+) reversões	32.540					
(-) baixas para perdas	6.308					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(325.241)					
(-) aquisição de empresas	-					
(-) adições	(142.823)					
(+) reversões	80.931					
(+) baixas para perdas (b)	75.128					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(312.005)					

a) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020. b) Refere-se a títulos baixados como perdas efetivas, que se encontravam vencidos há mais de 2 anos e estavam 100% provisionados, mas que, todavia, terão suas cobranças administrativas e judiciais mantidas. Não há impacto no saldo líquido de contas a receber e nos fluxos de caixa correspondentes.

10. ESTOQUES

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Veículos novos	215.064	75.900	290.964	215.064	75.900	290.964
Veículos usados	130.148	24.511	154.659	130.148	24.511	154.659
Peças para revenda	115.502	47.124	162.626	115.502	47.124	162.626
Materiais de uso e consumo	78.499	67.748	146.247	78.499	67.748	146.247
Outros	1.565	12.450	14.015	1.565	12.450	14.015
(-) Perdas estimadas com desvalorização dos estoques (i)	(14.828)	(12.282)	(27.110)	(14.828)	(12.282)	(27.110)
Total	525.950	215.451	741.401	525.950	215.451	741.401

(i) A provisão para perdas estimadas com desvalorização dos estoques refere-se aos materiais de uso e consumo e às peças para revenda. As movimentações das perdas estimadas com desvalorização dos estoques estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019						
(-) Saldo acumulado (a)	(12.565)		(12.565)	(12.565)		(12.565)
(-) adições	(3.853)		(3.853)	(3.853)		(3.853)
(+) reversões	4.136		4.136	4.136		4.136
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.282)		(12.282)	(12.282)		(12.282)
(-) adições	(21.599)		(21.599)	(21.599)		(21.599)
(+) reversões	19.053		19.053	19.053		19.053
Saldos em 30 de setembro de 2021	(14.828)		(14.828)	(14.828)		(14.828)

(a) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020.

11. ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADOS PARA VENDA

As movimentações dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Exercício findo em 31/12/2021:						
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2020	401.712	103.672	505.384	401.712	103.672	505.384
Bens transferidos do imobilizado	2.737.229	69.364	2.806.593	2.737.229	69.364	2.806.593
Bens baixados por venda	(2.631.004)	(50.074)	(2.681.078)	(2.631.004)	(50.074)	(2.681.078)
Em 31 de dezembro de 2021	507.937	122.962	630.899	507.937	122.962	630.899

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Depreciação acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2020	(110.988)	(73.517)	(184.505)	(110.988)	(73.517)	(184.505)
Bens transferidos do imobilizado	(567.199)	(50.531)	(617.730)	(567.199)	(50.531)	(617.730)
Bens baixados por venda	564.278	39.020	603.298	564.278	39.020	603.298
Em 31 de dezembro de 2021	(113.909)	(85.028)	(198.937)	(113.909)	(85.028)	(198.937)

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo residual:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	290.724	30.155	320.879	290.724	30.155	320.879
Saldos em 31 de dezembro de 2021	394.028	37.934	431.962	394.028	37.934	431.962

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2019						
Saldo acumulado (i)	768.981	156.087	925.068	768.981	156.087	925.068
Bens transferidos do imobilizado	1.122.016	28.714	1.150.730	1.122.016	28.714	1.150.730
Bens baixados por venda	(1.461.964)	(81.129)	(1.543.093)	(1.461.964)	(81.129)	(1.543.093)
Transferência para o estoque do segmento Original Concessionárias	(28.823)	-	(28.823)	(28.823)	-	(28.823)
Aquisição de empresas	1.502	-	1.502	1.502	-	1.502
Em 31 de dezembro de 2020	401.712	103.672	505.384	401.712	103.672	505.384

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Depreciação acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2019						
Saldo acumulado (i)	(125.328)	(115.724)	(241.052)	(125.328)	(115.724)	(241.052)
Bens transferidos do imobilizado	(237.046)	(19.001)	(256.047)	(237.046)	(19.001)	(256.047)
Bens baixados por venda	246.292	61.208	307.500	246.292	61.208	307.500
Transferência para o estoque do segmento Original Concessionárias	6.153	-	6.153	6.153	-	6.153
Aquisição de empresas	(1.059)	-	(1.059)	(1.059)	-	(1.059)
Em 31 de dezembro de 2020 (ii)	(110.988)	(73.517)	(184.505)	(110.988)	(73.517)	(184.505)

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo residual:						
Saldos em 31 de dezembro de 2019						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	290.724	30.155	320.879	290.724	30.155	320.879

(i) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020.

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS (i)	123	-	320.334	104.164
INSS	-	-	102.291	116.112
ICMS	-	-	98.376	48.211
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	49	773	38.254	50.927
Total	172	773	559.254	319.414
Circulante	172	773	328.109	166.080
Não circulante	-	-	231.145	153.334
Total	172	773	559.254	319.414

(i) Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu sobre os embargos de declaração interpostos pela União, que requeriam a modulação do direito pelo contribuinte ao ressarcimento de PIS e COFINS sobre o ICMS na respectiva base de cálculo. O direito de ressarcimento havia sido dado ao contribuinte em julgamento do STF em 15 de março de 2017, que na ocasião declarou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo.

Foi decidido que os valores recolhidos posteriores a 15 de março de 2017 podem ser requeridos pelo contribuente mediante pleito de indébito. Além disso, foi decidido que as empresas que ingressaram com ações judiciais ou administrativas pleiteando o direito até 15 de março de 2017, mantiveram assegurado o direito ao ressarcimento, contando cinco antes da data da propositura da ação. Em 03 de setembro de 2021, determinadas empresas do Grupo obtiveram decisão definitiva favorável transitada em julgado em processo, no qual discutia o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado no ano de 2007, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional em 2020. O montante registrado para este processo, no segundo trimestre de 2021 após a decisão do STF acima mencionada, foi de R\$ 90.024 de principal e R\$ 55.100 de atualização registrados na rubrica de outras receitas como crédito de impostos extemporâneos, sem a incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária em linha com a decisão do STF de 24 de setembro de 2021. Anteriormente, em 2020, havia registrado por conta de ações transitadas em julgado de suas controladas R\$ 36.686. Por conta do contrato de aquisição de sua controlada Quick, foi registrado como contas a pagar aos antigos sócios, R\$ 15.940 relativo à parte dos créditos a ser repassada a eles, por se tratar de créditos anteriores à data de aquisição.

13. INVESTIMENTOS

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as demonstrações das investidas, conforme demonstrado abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Patrimônio Líquido	Participação	Equivalência Patrimonial	Controladora
Simpar S.A.	3.516.078	57,44%	472.303	2.019.634
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	164.078	100,0%	1.576	164.075
JSL S.A. (ações) (i)	1.329.851	2,56%	8.154	33.998
Ciclus Ambiental do Brasil (empresa incorporada pela Simpar)	-	-	68.476	-

	31/12/2021		31/12/2020	
	Patrimônio Líquido	Participação	Equivalência Patrimonial	Controladora
Simpar S.A.	3.516.078	57,44%	472.303	2.019.634
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	164.078	100,0%	1.576	164.075
JSL S.A. (ações) (i)	1.329.851	2,56%	8.154	33.998
Ciclus Ambiental do Brasil (empresa incorporada pela Simpar)	-	-	68.476	-

	31/12/2021		31/12/2020	
	Patrimônio Líquido	Participação	Equivalência Patrimonial	Controladora
Simpar S.A.	3.516.078	57,44%	472.303	2.019.634
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	164.078	100,0%	1.576	164.075
JSL S.A. (ações) (i)	1.329.851	2,56%	8.154	33.998
Ciclus Ambiental do Brasil (empresa incorporada pela Simpar)	-	-	68.476	-

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

(i) Ações adquiridas pela Companhia por meio de corretora (mercado) equivalente a 7.450.000 ações ordinárias, as quais estão sendo feitas mensalmente cálculo de equivalência patrimonial. Para fins de consolidado, o valor está sendo eliminado em função da JSL S.A. ser uma controlada indireta da Companhia.

continua



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação					Consolidado 31/12/2020				
				Circulante	Não circulante	Total	Aquisição de empresa	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Alocação da variação de hedge de valor justo	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	4,77%	Pré-fixada / CDI	set/21	-	-	-	-	-	(35.830)	(890)	578	-	-	36.142	-	36.142
Capital de giro	6,27%	Pré-fixada / CDI	set/21	-	-	-	-	-	(71.520)	(1.697)	859	-	-	-	72.358	72.358
Capital de giro	9,13%	CDI+1,60%	set/23	30.012	-	30.012	-	-	-	(1.762)	1.770	-	-	-	30.004	30.004
Capital de giro	3,17%	Pré-fixada / CDI	fev/23	8.119	1.313	9.432	-	-	(8.000)	(1.199)	1.318	-	-	8.000	9.313	17.313
Capital de giro	10,60%	Pré-fixada	set/21	-	-	-	-	-	(8.959)	(421)	364	-	-	9.016	-	9.016
Capital de giro CEF/FGTS	5,34%	TR +8,10	mar/26	-	-	-	-	-	(244.400)	(20.139)	18.423	-	-	47.922	198.194	246.116
Capital de giro	7,66%	Pré-fixada	set/21	-	-	-	-	-	(15.270)	(474)	496	-	-	15.248	-	15.248
Capital de giro	13,49%	CDI +50%	set/22	21.434	-	21.434	-	-	(56.902)	(1.835)	1.981	-	-	42.565	35.625	78.190
CCBs (i)	8,54%	Pré-fixada	set/23	2.913	15.000	17.913	-	-	(15.000)	(1.833)	2.094	-	-	17.652	15.000	32.652
Securitização – CCI (xii)	8,00%	Pré-fixada	abr/26	21.648	190.510	212.158	-	-	(9.833)	(11.084)	30.413	-	-	20.703	181.959	202.662
Outros	12,50%	Pré-fixado	ago/21	554	-	554	-	-	(17.754)	(84)	84	-	-	10.149	1	10.150
				507.741	4.096.790	4.604.531	333.062	2.114.076	(2.441.923)	(326.205)	582.452			1.301.940	3.480.452	4.782.392
Em moeda estrangeira																
Capital de giro	6%	Libor + 3,80%	abril/26	-	292.148	292.148	-	285.000	-	(9.961)	17.109	-	-	-	-	-
Capital de giro – CEF/BIRD	USD + 3,30%	USD + 3,30%	mar/26	14.102	34.649	48.751	-	(13.720)	(1.857)	1.618	-	-	4.224	15.946	42.540	58.486
Senior Notes "BOND" (xi)	5,23%	USD + 5,55%	jan/31	145.334	7.749.008	7.894.342	-	7.543.692	(3.349.992)	(537.956)	429.780	-	479.218	100.926	3.228.674	3.329.600
CCB cambial (xiii)	5,60%	USD+5,60%	jan/31	63.874	2.584.628	2.648.502	-	-	-	(152.193)	143.729	-	171.417	76.879	2.408.670	2.485.549
Crédito internacional (4131) (xiv)	5,79%	USD e EUR + juros	jan/24	82.915	3.540.961	3.623.876	2.905	3.122.696	(1.694)	(63.892)	147.673	-	(57.380)	2.263	471.305	473.568
Outros	6,50%	Pré fixada	ago/22	27.393	161.973	189.366	6.253	175.204	(6.037)	(284)	14.230	-	-	-	-	-
				333.618	14.363.367	14.696.985	9.158	11.126.592	(3.371.443)	(766.143)	754.139			597.479	196.014	6.151.189
				841.359	18.460.157	19.301.516	342.220	13.240.668	(5.813.366)	(1.092.348)	1.336.591			1.497.954	9.631.641	11.129.595

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2020			Movimentação					Saldo anterior (a)				
				Circulante	Não circulante	Total	Aquisição de empresa	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Alocação da variação de hedge de valor justo	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional																
CCBs (i)	4,23%	Pré-fixada / CDI	ago/25	463.777	467.324	931.10	10.222	274.022	(916.338)	(27.876)	36.268	-	-	221.711	1.333.092	1.554.803
CRAs (ii)	5,71%	Pré-fixada/CDI/IPCA	jun/27	116.812	2.153.997	2.270.809	-	349.003	(33.334)	(9.524)	124.069	-	67.793	63.146	1.709.656	1.772.802
Finame	4,51%	Pré-fixada	jan/25	27.090	33.796	60.886	26.660	(62.384)	(26.080)	(861)	360	-	-	35.888	87.303	123.191
Finame (iii)	-	TJLP / SELIC / TLP	-	-	-	-	-	65.731	(66.023)	(495)	787	-	-	-	-	-
FINEM (v)	6,88%	TJLP / IPCA	jun/21	-	-	-	-	-	(6.283)	(32)	226	-	-	6.089	-	6.089
FNO (vii)	4,51%	Pré-fixada / IPCA	jul/24	2.380	4.924	7.304	-	-	(30.387)	(98)	559	-	-	9.157	28.073	37.230
NCEs (iv)	3,65%	CDI + 1,50 %	abr/21	14.981	-	14.981	-	-	-	-	259	-	-	14.722	-	14.722
NPs (vi)	5,17%	Pré-fixada / CDI	jun/21	339.224	158.578	497.802	-	660.000	(684.907)	(28.497)	27.539	-	-	289.623	234.044	523.667
FNE (vii)	2,82%	Pré-fixada / IPCA	jul/22	111.726	64.555	176.281	-	47.564	(20.905)	590	6.100	-	-	47.834	95.098	142.932
FINEM (viii)	4,94%	TJLP	jul/30	24	30.023	30.047	-	-	-	(739)	753	-	-	27	30.006	30.033
Capital de giro CDCs (ix)	5,78%	Pré-fixada / CDI	set/23	17.558	24.483	42.041	-	-	(74.815)	(2.006)	2.617	-	-	88.308	24.483	112.791
Capital de giro	6,19%	Pré-fixada / CDI	jun/21	971	318	1.289	1.347	-	(55)	(4)	1	-	-	-	-	-
Capital de giro	3,17%	Pré-fixada / CDI	fev/23	8.000	9.313	17.313	-	-	(2.667)	(698)	582	-	-	2.766	17.330	20.096
Capital de giro	7,66%	Pré-fixada / CDI	set/21	15.248	-	15.248	-	-	-	(1.020)	860	-	-	15.408	-	15.408
Capital de giro	4,16%	Pré-fixada / CDI	dez/22	42.565	35.625	78.190	-	-	-	(3.048)	1.194	-	-	80.044	-	80.044
Capital de giro	4,77%	Pré-fixada / CDI	mai/21	36.142	-	36.142	-	-	-	(505)	817	-	-	-	-	-
Capital de giro	6,27%	Pré-fixada / CDI	set/22	-	72.358	72.358	-	-	-	-	838	-	-	-	-	-
Capital de giro	4,37%	Pré-fixada / CDI	jun/23	-	30.004	30.004	-	30.000	(30.000)	(533)	537	-	-	30.000	-	30.000
Capital de giro	10,60%	Pré fixada	fev/23	9.016	-	9.016	-	-	(5.117)	(1.532)	643	-	-	7.523	7.500	15.023
Capital de giro CEF/FGTS	5,34%	TJLP + 0,5 %	mar/26	47.922	198.194	246.116	-	-	(18.254)	(10.382)	10.393	-	-	17.415	246.944	264.359
CCBs (i)	8,54%	Pré-fixada	set/22	17.652	15.000	32.652	-	31.977	-	-	675	-	-	-	-	-
Securitização (xiii)	8,00%	Pré-fixada	nov/27	20.703	181.959	202.662	-	-	-	-	8.492	-	-	14.236	190.393	204.629
Outros	5,10%	Pré-fixada	dez/24	10.150	-	10.150	1.028	9.241	(6.370)	-	-	-	-	2.751	3.500	6.251
				1.301.941	3.480.451	4.782.392	39.257	1.515.958	(1.921.535)	(97.719)	224.569	67.793		946.648	4.007.422	4.954.070
Em moeda estrangeira																
Capital de giro – CEF/BIRD	USD + 3,30%	USD + 3,30%	mar/26	15.946	42.540	58.486	-	-	(6.793)	(1.581)	1.381	-	(3.087)	7.105	61.460	68.565
Senior Notes "BOND" (x)	USD + 7,75%	USD + 7,75%	jul/24	100.926	3.228.674	3.329.600	-	-	-	(123.784)	123.838	-	(153.063)	105.682	3.376.927	3.482.609
CCB cambial (xii)	USD + 7,36%	USD + 7,36%	jul/24	76.879	2.408.670	2.485.549	-	-	-	(87.245)	81.642	-	(112.117)	81.087	2.522.182	2.603.269
Crédito internacional (4131) – USD (xi)	USD + 7,60%	USD + 7,60%	abr/21	-	-	-	-	-	(2.478)	(1.294)	46	-	78	3.648	-	3.648
Crédito internacional (4131) – USD (xi)	USD + 2,48%	USD + 2,48%	set/23	1.123	203.433	204.556	-	-	-	(404)	2.613	-	(9.796)	1.207	210.936	212.143
Crédito internacional (4131) – EUR (xi)	EUR + 1,70%	EUR + 1,70%	mar/25	1.139	267.873	269.012	-	1	-	(1.908)	1.926	-	9.260	1.269	258.464	259.733
				196.013	6.151.190	6.347.203		1	(9.271)	(216.216)	211.446		(268.725)	199.998	6.429.969	6.629.967
				1.497.954	9.631.641	11.129.595	39.257	1.515.958	(1.930.806)	(313.935)	436.015	67.793		1.146.646	10.437.391	11.584.037

(a) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020.

(i) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. Esses contratos possuem cláusulas de compromissos, e em alguns casos inclui a manutenção de certos índices financeiros, calculados sobre as informações consolidadas. (ii) **CRAs** são Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos para a captação de recursos destinados a financiar a cadeia do agronegócio, lastreados pelos certificados de direitos creditórios do Agronegócio (CDCA), e por Debêntures. Os CDCAs foram emitidos pelas controladas Vamos e JSL, conforme indicado nas demonstrações financeiras de cada controlada, os quais possuem vencimentos variados com juros mensais, trimestrais e semestrais e possuem cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de índices financeiros, os quais são calculados sobre as informações contábeis consolidadas. (iii) **FINAME** são financiamentos para investimentos em veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Mensalmente são firmados novos contratos relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de renovação ou expansão da frota. Os contratos de Finame possuem carência que variam de seis meses até dois anos de acordo com o produto financiado, e as amortizações de juros e principal são mensais após o exercício de carência. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso, mas somente alienação dos ativos financiados junto aos agentes financeiros. (iv) **NCEs** em moeda nacional com finalidade de investimentos em veículos pesados, nas operações de gestão do caixa. Essa nota possui juros e principal com vencimento *bullet* no final do prazo contratual. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromissos. (v) **NCEs** em dólar USD essas notas possuem vencimento *bullet* no final do prazo contratual e amortizações semestrais de juros, foram 100% protegidas através de contratação de *swap*. (vi) **FINEM** são financiamentos para investimentos em infraestrutura captados para a construção, reformas e instalações de plantas operacionais. Esses contratos possuem vencimentos de juros e amortizações mensais e não possuem cláusulas de compromisso. (vii) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Essas operações possuem cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de índices financeiros, calculados sobre as informações consolidadas. (viii) **FNE** e **FNO** referem-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento dos Bancos Nordeste e Amazonas, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de gestão do caixa do Grupo. Esses contratos possuem vencimentos variados, as carências variam de três meses a um ano, e alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o exercício de carência e não possuem cláusulas de compromisso. (ix) **FINEM** refere-se a contratos de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas. As amortizações de juros e principal são mensais, após o exercício de carência e não possuem cláusulas de compromisso. (x) **CDC (Crédito direto ao consumidor)** É uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, aquisições de veículos, máquinas e equipamento em geral inclusive serviços esses contratos possuem vencimentos variados, sendo mensais, ou semestrais. (xi) **Senior Notes "Bond"** conforme mencionado nas notas explicativas 1.1.2 (i), (ii) e (iii), se referem à quatro emissões de títulos de dívidas emitidos pela controlada Movida Europe, Simpar Europe e Simpar Finance no mercado internacional: A primeira emissão de *Senior Notes "Bond"*, ocorreu em 2017 no valor de US\$ 625.000 (US\$ 325.000 em julho de 2017 e um *retap* US\$ 300.000 em janeiro de 2018). Foi recomprado integralmente, sendo recomprado US\$ 441.272 em janeiro de 2021 e saldo remanescente de US\$ 183.728 recomprado em 26 de julho de 2021, os títulos possuíam uma remuneração de taxa de juros de 7,75% ao ano; A segunda emissão da dívida no valor total US\$ 625.000, com vencimento em 26 de janeiro de 2031, com remuneração da taxa

20. DEBÊNTURES
As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2021			Movimentação					Consolidado 31/12/2020			
			Circulante	Não circulante	Total	Novas captações	Alocação da variação de hedge de valor justo	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional														
8ª emissão - JSL	-	jun/21	-	-	-	-	-	(75.618)	(3.346)	1.958	77.006	-	-	77.006
10ª emissão - JSL	8,85%													

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2020			Movimentação					Saldo anterior (a)			
			Circulante	Não circulante	Total	Novas captações	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total		
Em moeda nacional														
6ª emissão – JSL S.A.	5,04%	jul/20	-	-	-	-	(119.827)	(45.575)	1.777	163.625	-	-	-	163.625
8ª emissão – JSL S.A.	3,26%	jun/21	77.006	-	77.006	-	-	(991)	3.239	74.758	-	-	-	74.758
10ª emissão – JSL S.A.	2,38%	dez/23	75.576	147.868	223.444	-	(75.500)	(3.267)	3.924	73.894	224.393	-	-	298.287
11ª emissão – JSL S.A.	2,42%	nov/25	942	392.838	393.780	-	-	(5.464)	5.911	-	393.333	-	-	393.333
12ª emissão – JSL S.A.	3,85%	abr/25	1.078	556.084	557.162	-	-	(12.078)	13.046	1.814	554.380	-	-	556.194
13ª emissão – SIMPAR S.A. (JSL S.A.)	3,87%	mai/26	1.397	447.687	449.084	-	-	(12.370)	12.246	1.783	447.425	-	-	449.208
14ª emissão – SIMPAR S.A. (JSL S.A.)	2,19%	nov/23	49.880	99.037	148.917	-	(25.000)	(3.770)	3.738	50.113	123.836	-	-	173.949
1ª emissão - CS Brasil Participações	5,60%	dez/25	921	592.160	593.081	600.000	-	(7.887)	968	-	-	-	-	-
2ª emissão - CS Brasil Participações	4,80%	dez/25	254	148.086	148.340	150.000	-	(1.930)	270	-	-	-	-	-
1ª emissão - Movida Locação	3,99%	mar/23	63.785	124.256	188.041	-	(62.500)	(4.420)	3.380	127.579	124.002	-	-	251.581
2ª emissão - Movida Locação	3,73%	out/21	40.199	-	40.199	-	(40.000)	(4.247)	1.307	43.188	39.951	-	-	83.139
3ª emissão - Movida Locação	3,53%	jan/24	7.730	199.471	207.201	-	-	(124)	3.927	4.046	199.352	-	-	203.398
4ª emissão - Movida Locação	6,18%	abr/22	954	199.736	200.690	-	-	(7.813)	8.091	1.203	199.209	-	-	200.412
5ª emissão - Movida Locação	4,70%	nov/23	591	199.312	199.903	200.000	-	(1.047)	950	-	-	-	-	-
1ª emissão - Movida Participações	4,65%	jul/22	6.120	5.924	12.044	-	(8.405)	(1.239)	1.039	8.471	12.178	-	-	20.649
2ª emissão - Movida Participações	3,94%	jun/23	170.105	246.055	416.160	-	(32.563)	(6.030)	7.748	201.437	246.020	-	-	447.457
3ª emissão - Movida Participações	3,92%	jun/24	-	595.054	595.054	-	-	(11.289)	11.166	593.465	594.725	-	-	1.188.190
4ª emissão - Movida Participações	3,70%	jul/27	83.680	623.533	707.213	-	-	(19.479)	16.466	12.013	698.213	-	-	710.226
5ª emissão - Movida Participações	4,68%	out/25	3.520	597.460	600.980	600.000	-	(3.203)	4.183	-	-	-	-	-
2ª emissão – Vamos	3,71%	ago/26	8.857	793.600	802.457	-	-	(18.833)	16.226	12.384	792.680	-	-	805.064
			592.595	5.968.161	6.560.756	1.550.000		(363.795)	(171.056)	119.602	777.568	4.648.437		5.426.005

(a) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020. As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Entidade emissora	Simpar (Debêntures absorvidas pelo acervo cindido da JSL)							CS Brasil Participações					Vamos		
	10ª Emissão	11ª Emissão	12ª Emissão	15ª Emissão	13ª Emissão (1ª emissão)	14ª Emissão (2ª emissão)	3ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão(*)	2ª Emissão	2ª emissão	3ª emissão	4ª emissão		
a. Identificação do processo por natureza															
Valor da 1ª Série	352.000	400.000	600.000	700.000	344.940	200.000	1.245.000	100.000	450.000	150.000	382.500	311.790	1.000.000		
Valor da 2ª Série	-	-	-	-	105.060	-	255.000	-	Em andamento	-	417.500	223.750	432.961		
Valor da 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	464.460	567.039		
Valor da emissão	352.000	400.000	600.000	700.000	450.000	200.000	1.500.000	100.000	450.000	150.000	800.000	1.000.000	2.000.000		
Valor Total Recebido em C/C	352.000	400.000	600.000	700.000	450.000	200.000	1.500.000	100.000	450.000	150.000	-	-	-		
Emissão	20/03/2017	20/06/2017	06/12/2018	08/10/2021	20/05/2019	20/11/2019	15/09/2021	02/09/2021	22/12/2021	15/12/2020	16/08/2019	08/07/2021	15/10/2021		
Captação	29/03/2017	30/06/2017	20/12/2018	05/11/2021	30/05/2019	02/12/2019	30/09/2021	10/09/2021	28/12/2021	17/12/2020	20/08/2024 & 20/08/2026	15/06/2029 & 15/06/2031	15/10/2031		
Vencimento	20/09/2028	20/09/2028	20/09/2028	20/10/2028	20/05/2026	20/11/2023	15/09/2031	15/09/2023	15/01/2031	15/12/2025	-	-	-		
Espécie	Quirografárias	Flutuante	Flutuante	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Flutuante	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias		
Identificação ativo na CETIP	JSML 10	JSML A1	JSML A2	JSLGA5	JSML A3/B3	JSML A4	JSML A5/ B5	CSHO11	CCLS11	CSBR 12	VAMO12 e VAMO22	VAMO13, VAMO23 e VAMO33	VAMO14, VAMO24 e VAMO34		
b. Custos da transação	10.698	12.787	22.369	5.392	3.709	1.926	27.117	31	27.378	1.930	10.058	-	-		
c. Prêmios obtidos															
Adicional pela liquidação	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.		
Valor da liquidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %															
1ª Série	CDI+2,70%	CDI+2,70%	CDI+2,70%	CDI+2,70%	CDI + 1,90%	115,20% CDI	CDI+3,50%	CDI+1,90%	IPCA + 6,67%	CDI + 2,90%	CDI+ 1,60%	CDI+ 2,30%	CDI+ 2,40%		
2ª Série	-	-	-	-	CDI + 2,20%	-	IPCA+7,9677%	-	-	-	CDI+ 2,00%	CDI+ 2,75%	CDI+ 2,80%		
3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	IPCA + 6,3605%	IPCA + 7,6897%	-		
e. Saldo dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	3.093	9.515	14.001	5.272	2.327	913	26.382	27	27.306	1.528	9.341	-	-		

(*) Na Debêntures da Ciclus Liquidamos apenas a 1ª série de R\$450.000 e a 2ª série de até R\$100.000 iremos liquidar após a aprovação no Ministério por ser uma Debêntures de Infraestrutura (12.431)

Entidade emissora	Movida Participações							Movida Locação					CS Brasil Participações			
	1ª Emissão	2ª emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão	7ª emissão	1ª emissão	2ª emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão	7ª Emissão	1ª emissão	2ª emissão
a. Identificação do processo por natureza																
Instituição financeira	Bradesco	Bradesco	BTG Pactual	Itaú	Santander	BTG/ CAIXA	Itaú	Bradesco	BOCOM BBM	BOCOM BBM	BB	Santander	XP	BRAD BBI	BTG PACTUAL	UBS BRASIL
Valor da 1ª Série	150.000	138.250	214.478	250.000	250.000	550.000	1.150.000	250.000	100.000	100.000	200.000	200.000	400.000	400.000	600.000	15.000
Valor da 2ª Série	250.000	181.500	138.112	166.000	350.000	-	250.000	-	-	-	-	-	300.000	-	-	-
Valor da 3ª Série	-	130.250	247.410	284.000	-	-	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituição financeira	-	-	-	Brasil	-	-	-	-	Brasil	Brasil	-	-	-	-	-	-
Valor da 1ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-
Valor da 2ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor total	400.000	450.000	600.000	700.000	600.000	550.000	1.750.000	250.000	100.000	200.000	200.000	200.000	700.000	400	600.000	15.000
Emissão	04/07/2017	07/06/2018	04/01/2019	27/06/2019	06/11/2020	23/04/2021	15/09/2021	13/04/2018	31/10/2018	27/06/2019	30/04/2020	24/11/2020	16/04/2021	30/11/2021	10/12/2020	15/12/2020
Captação	27/07/2017	07/06/2018	04/01/2019	27/06/2019	06/11/2020	23/04/2021	15/09/2021	13/04/2018	31/10/2018	27/06/2019	30/04/2020	24/11/2020	16/04/2021	30/11/2021	21/12/2020	17/12/2020
Vencimento	15/07/2022 & 15/07/2022	07/06/2023	07/06/2024	27/07/2027	15/10/2025	15/04/2027	15/09/2031	29/03/2023	10/10/2021	24/01/2024	20/04/2022	18/11/2023	15/06/2028 - 15/12/2025	30/11/2026	10/12/2025	15/12/2025
Espécie	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Flutuante
Identificação ativo na CETIP	MOVI 11/21	MOVI	MOVI	MOVI	MOVI	MOVI16	17/27/37	MVLV11	MVLV12	MVLV13	MVLV14	MVLV15	MVLV26	MVLV17	CSBR 11	CSBR 12
b. Custos de transação a apropriar	-	-	656	791	867	15.408	14.280	-	-	5.409	-	2.817	10.162	-	7.887	1.624
c. Taxa de juros efetiva a.a. %																
1ª Série	CDI+1,55%	CDI+1,60%	CDI+1,85%	CDI+1,25%	CDI+2,50%	CDI + 3,20%	-	CDI+2,00%	CDI+1,80%	CDI+1,60%	CDI+4,20%	CDI+2,75%	IPCA + 7,1702%a.a	CDI + 2,90%	CDI + 3,70%	CDI + 2,90%
2ª Série	CDI+2,70%	CDI+2,20%	CDI+2,05%	CDI+1,60%	CDI + 2,95%	-	-	-	-	-	-	-	IPCA + 7,2413%a.a	-	-	-
3ª Série	-	CDI+1,90%	CDI+2,05%	CDI+2,05%	-	-	IPCA + 7,64 %	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d. Valor total da dívida	-	-	600.284	464.981	1.160.345	555.849	1.795.010	-	-	211.121	-	201.987	760.239	398.086	6.253	149.306

As Debêntures são de emissão simples, não conversíveis em ações, e de espécie Quirografária, exceto na Controlada JSL cuja 11ª emissão que é de espécie com garantia flutuante, a 12ª emissão que é de espécie com garantia flutuante e fidejussória adicional. Todas possuem cláusulas de compromissos de manutenção de índices financeiros. Em relação à 11ª e 12ª emissões de debêntures, da controlada JSL mantem no mínimo 130% do saldo devedor, valor correspondente em bens livres e desembaraçados das dívidas. Adicionalmente a 2ª emissão de debêntures da empresa CS Participações são de emissão simples, não conversíveis em ações, e da espécie com garantia flutuante (conforme os termos do artigo 58, §1º da Lei das Sociedades por Ações "Garantia Flutuante") e com garantia fidejussória adicional da Controladora Simpar, com cláusulas de compromissos de manutenção de índices financeiros. Todos os compromissos de manutenção de índices financeiros seguem as mesmas definições conforme mencionadas na nota explicativa 19.

21. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contratos de arrendamentos na modalidade arrendamentos a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo, que possuem encargos anuais pré-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamentos no início do exercício	313.406	-
Saldo anterior (a)	-	404.142
Novos contratos	99.586	3.557
Amortização	(130.377)	(91.322)
Juros pagos	(44.440)	(2.946)
Juros apropriados	17.783	(25)
Passivo de arrendamentos no encerramento do exercício	255.955	313.406
Circulante	118.833	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

	Consolidado			Total
	Trabalhista	Cíveis	Tributária	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-
Saldo anterior (a)	(53.619)	(25.940)	(580)	(80.139)
Constituição	(11.402)	(6.618)	(928)	(18.948)
Reversão	20.119	12.421	874	33.414
Aquisição de empresas - saldo de abertura (i)	(13.921)	(676)	(12.691)	(27.288)
Aquisição de empresas - efeitos PPA	(45.911)	-	(60.431)	(106.342)
Baixa por decadência	1.073	-	1.486	2.559
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(103.661)	(20.813)	(72.270)	(196.744)

(a) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020. (i) Durante o processo de alocação do preço de compra das empresas adquiridas, foram identificados passivos contingentes para os quais, contratualmente, os antigos controladores concordam em indenizar as empresas adquirentes no caso de desembolso financeiro e apresentam o seguinte saldo em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado			Total
	Trabalhista	Cíveis	Tributária	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(44.838)	-	(58.945)	(103.783)
Aquisição de empresas	(92.094)	(140)	(125.066)	(217.300)
Prescrição	14.089	29	25.533	39.651
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(122.843)	(111)	(158.478)	(281.432)

Trabalhistas - A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária. **Cíveis** - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais. **Tributárias** - Estão relacionadas a autos de infração em que se discute cobrança indevida de débitos de ICMS e ISS, além de execução fiscal/embarços à execução oriundos de cobrança de IPVA, taxas de publicidade e outros. **25.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço** - O Grupo possui em 31 de dezembro de 2021, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	191.199	186.575
Cíveis	198.111	178.301
Tributárias	357.723	380.107
Total	747.033	744.983

Trabalhistas - As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 25.2, movida por ex-colaboradores do Grupo. **Cíveis** - As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra as empresas do Grupo, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 25.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. **Tributárias** - As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos à compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos à apropriação de créditos de ICMS. Os valores envolvidos são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ / CSLL	120.273	110.913
ICMS	96.186	152.561
INSS	9.624	7.729
PER/DCOMP	51.407	41.239
PIS/COFINS	38.048	11.520
Demais	42.185	56.145
Total	357.723	380.107

26. ATERRO SANITÁRIO – CUSTO DE DESATIVAÇÃO

Os custos futuros para encerramento do aterro sanitário podem ser entendidos como um conjunto de medidas tomadas para remediação ambiental, visto que a controlada Ciclus tem obrigatoriedade sobre o solo e suas manutenções até 25 anos posterior à finalização do contrato. **Constituição do passivo para custos futuros de encerramento do aterro sanitário** - Uma parte significativa dos custos operacionais e investimentos de capital podem ser caracterizados como custos de proteção e reparação ambiental. A natureza das operações da Companhia, especialmente no que diz respeito à construção, operação e manutenção do aterro sanitário, está sujeita a uma série de leis e regulamentos relativos à proteção ao meio ambiente. De acordo com as leis e regulamentos atuais, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos ambientais em decorrência da operação do aterro sanitário. Além da atividade de remediação exigidas pelas autoridades ambientais. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia acumulou passivo de remediação ambiental registrado no balanço patrimonial de R\$ 105.024. A determinação do método e do custo final de remediação requerem várias estimativas e suposições que afetam os montantes registrados, bem como os respectivos aspectos de divulgação. Deve ser levado em consideração que o passivo de reparação ambiental é estimado quando tal passivo é provável e razoavelmente estimável. Entretanto, essas estimativas e suposições dependem de eventos futuros, tais como desenvolvimentos tecnológicos, regulatórios, de fiscalizações e custos futuros. A provisão para remediação ambiental é objeto de revisão contínua, à luz de fatos e circunstâncias internos e externos relevantes, podendo resultar em revisões tanto incrementar como para reduzir o valor registrado no balanço patrimonial. Os custos futuros de encerramento do aterro sanitário referem-se à obrigação para remediação ambiental, tratamento do chorume e monitoramento ambiental por um período de 25 anos após encerramento do aterro sanitário. Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos referentes ao encerramento do aterro sanitário, deve ser contabilizada como custo do empreendimento. No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para desmontagem e encerramento do aterro sanitário é considerado o custo total estimado para a desmontagem e encerramento e o cronograma de desembolsos, descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para descomissionamento. A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 4,6% a.a. formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 31 de dezembro de 2021, com *maturity* mais próxima da próxima da data de término da atividade.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

27.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto diferido ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (i)	432.243	299.402
Provisão para demandas judiciais e administrativas	36.994	55.031
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	43.139	72.634
Provisão para ajuste a valor contábil de investimentos em controladas	19.901	-
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	4.944	4.107
Provisão para Perda do valor recuperável de ativos ("impairment")	43.209	2.751
Plano de pagamentos baseado em ações	7.083	7.233
Amortização e baixa de intangíveis de combinações de negócios	29.383	17.879
Depreciação de arrendamentos por direito de uso	7.832	11.992
Derivativos de hedge (<i>swap</i>) e variação cambial em regime tributário de caixa	222.859	15.858
Depreciação econômica vs. Fiscal	-	21.710
Outras provisões	107.265	49.468
Total do imposto diferido ativo	954.852	558.065
Imposto diferido passivo		
IR e CS sobre ágio de ações aportadas pelos controladores	(63.496)	(63.496)
Constituição de ajuste a valor presente	(1.921)	(3.733)
Receita diferida de órgãos públicos	(31.776)	(35.984)
Depreciação econômica vs. Fiscal	(1.164.058)	(597.754)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(120.648)	(94.614)
Mais valia de aquisição de empresas	(48.370)	(88.857)
Reavaliação de ativos	(105.880)	(52.159)
Realização do ágio	(87.943)	(71.482)
Derivativos de <i>hedge</i> (<i>swap</i>) e variação cambial em regime tributário de caixa	-	(14.724)
Total do imposto diferido passivo	(1.624.092)	(1.022.803)
Total do imposto diferido passivo, líquido	(669.240)	(464.738)
Tributos diferidos ativos	407.120	211.693
Tributos diferidos passivos	(1.076.360)	(676.429)
Total do imposto diferido passivo, líquido	(669.240)	(464.738)

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 do consolidado estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020, originalmente apresentado	(461.604)	
Ajustes de exercícios anteriores	(3.134)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	(464.738)	
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(472.229)	
IR / CS diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa, em outros resultados abrangentes	248.884	
IR / CS diferidos decorrentes de aquisição de negócio	(45.995)	
IR / CS diferidos sobre mais valia	23.966	
IR / CS diferidos sobre custos de transação incorridos na oferta restrita de ações	27.809	
IR / CS diferidos sobre ganho de capital	19.901	
Reclassificações do imposto entre diferido e corrente	(6.838)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(669.240)	
Consolidado	(276.928)	
Saldo anterior (a)	(58.301)	
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(63.496)	
IR / CS sobre ágio de ações aportadas pelos controladores	17.561	
IR / CS diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa, em outros resultados abrangentes	10.996	
IR / CS diferidos sobre custos de transação incorridos na oferta restrita de ações	(19.294)	
Aquisição de empresas	(73.792)	
IRPJ / CSLL diferidos sobre mais-valia de aquisição de empresas em contrapartida do respectivo ágio	1.650	
Reclassificações do imposto entre diferido e corrente		
Saldos em 31 de dezembro de 2020, originalmente apresentado	(461.604)	

(a) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020. (i) **Prazo estimado de realização** - Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados, exceto para os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 20.161 em 31 de dezembro de 2020, devido à falta de evidências e suportes apropriados de suas projeções de lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro de 2021, foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que

deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Simpar (*)	21.809	14.442
Movida	204.582	169.167
JSL	121.530	43.461
BBC	-	21.680
CS Infra	24.991	-
Vamos	41.616	-
Demais empresas	17.715	21.517
	432.243	270.267

(*) O imposto diferido da Simpar será recuperado principalmente por movimentações de capital. Em 31 de dezembro de 2021, foram concluídos os estudos de recuperabilidade de dos saldos dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e concluiu em manter os saldos contabilizados. Esses estudos contaram com auxílio de especialistas e com premissas, consideraram as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios e a realização é prevista cronograma abaixo:

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos
Valores totais líquidos	50.427	77.635	83.569	78.727	141.885
27.2. Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social - Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.					
					432.243

27.2. Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social - Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	513.856	169.825	1.981.904	524.107
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(174.711)	(57.741)	(673.847)	(178.196)
Equivalência patrimonial	186.867	57.793	(439)	33
Incentivos fiscais - PAT	24	-	3.561	741
Efeitos dos juros sobre capital próprio - recebidos e pagos	(15.537)	(140)	36.315	16.071
Prejuízo na Controlada Ribeira no primeiro semestre de 2020	-	-	-	5.640
Provisão para créditos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	-	-	(30.157)	15.194
Créditos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais	-	-	(4.213)	(2.421)
Atualização monetária da exclusão ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS	-	-	5.675	-
Benefício fiscal de subvenção para crédito outorgado de ICMS	-	-	11.848	10.057
Despesas indutíveis e outras exclusões permanentes	(15.925)	(1.868)	12.676	(5.558)
IRPJ e CSLL apurados	(19.282)	(1.956)	(638.582)	(138.439)
Corrente	(19.282)	(1.956)	(166.353)	(80.138)
Diferido	-	-	(472.229)	(58.301)
IRPJ e CSLL no resultado	(19.282)	(1.956)	(638.582)	(138.439)
Alíquotas efetivas	3,75%	1,20%	32,22%	26,31%

No consolidado, exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Simpar reclassificou a despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 103.103 sobre o ganho auferido na oferta secundária da controlada Vamos, conforme nota explicativa 1.1, para a conta de reserva especial de ganhos patrimoniais, acompanhando o respectivo ganho de capital base. Após a reclassificação ficou apresentada na linha de imposto de renda corrente crédito para R\$ 49.625. As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

27.3. Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher - As movimentações do imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	-	-	-	298.451
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	-	-	-	66.664
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(524)	(19.203)	(524)	(19.203)

Saldos em 31 de dezembro de 2020

Provisão de imposto de renda e contribuição social do exercício a pagar	(524)	345.912
IRRF retido sobre juros sobre capital próprio distribuídos	(19.282)	(166.353)
Antecipações, compensações e recolhimentos no exercício	10.952	(23.889)
Imposto de renda e contribuição social recolhido sobre ganhos na oferta de ações	-	247.950
	-	(103.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.854)	300.517

Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante

Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	-	227.643
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(8.854)	127.733
	(8.854)	(54.859)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.854)	300.517

Saldos em 31 de dezembro de 2019

Saldo anterior (a)	-	410.640
Provisão de IR/CS do exercício a pagar	(1.956)	(80.138)
Antecipações, compensações e recolhimentos no exercício	1.432	28.132
Aquisição de empresas	-	(12.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(524)	345.912

Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante

Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	-	298.451
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(524)	66.664
	(524)	(19.203)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(524)	345.912

(a) Saldo acumulado de operações realizadas antes do processo de reorganização societária e participação da Companhia em julho de 2020.

28. PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Companhia, suas controladas, ou entras as controladas, são eliminadas para fins de apresentação dos saldos consolidados, mas mantidos os saldos na apresentação da Controladora. As naturezas dessas transações entre as empresas do grupo, são compostas por: • Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras: são títulos financeiros, como letra de arrendamento mercantil e notas promissórias financeiras. • Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas e aos reembolsos de rateio de despesas comuns. • Dividendos a receber: saldos a receber de dividendos propostos e aprovados pelas controladas da Companhia. • Partes relacionadas a receber e a pagar: se referem à contratos de mútuo mantidos entre as empresas. • Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas entre as empresas. • Dividendos a pagar: Saldos a pagar de dividendos propostos e aprovados pela Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Simpar S.A. (dividendos e juros sobre capital próprio)	111.935	36.449	-	-
JSL S.A. (dividendos e juros sobre capital próprio)	528	315	-	-
Ciclus Ambiental do Brasil S.A.	1.679	351	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	14.045	-	-	-
JSTX	194	124	194	124
Fernando A. Simões	24.542	14.664	24.542	14.664
Marita Simões	-	3.384	-	3.384
Julio Eduardo Simões	-	3.384	-	3.384
Jussara Elaine Simões	-	3.384	-	3.384
Solange Maria Simões Reis	-	3.384	-	3.384
	-	78.721	-	24.736
	113.614	36.800	-	-
Circulante	39.309	41.921	24.736	28.324
Não circulante	152.923	78.721	24.736	28.324

Descrição	Controladora			
-----------	--------------	--	--	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa	(3.270)	(1.597)	(41.000)	(19.683)
Remuneração variável	-	-	(36.024)	(5.699)
Encargos e benefícios	-	-	(586)	(463)
Remuneração baseada em ações	-	-	(4.475)	(1.714)
Total	(3.270)	(1.597)	(82.085)	(27.559)

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações de empresas do Grupo JSP. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram exercidas opções de ações pelos administradores conforme mencionado na nota explicativa 29.2. A Administração não possui benefícios pós-emprego. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está dentro do limite aprovado pela Assembleia de Acionistas realizada em 2021. **28.7. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC")** - Em dezembro de 2020, a controlada Simpar constituiu um FIDC na forma da lei n.º 6365/76 sob a forma de condomínio fechado de natureza especial, nos termos dos ART 1368 - C do Código Civil Brasileiro, com prazo de duração indeterminado, regido pela resolução CMN 2.907/01 e instrução CVM n.º 356, com a finalidade de fomentar as suas controladas com recursos financeiros para a aquisição de veículos. O regulamento deste fundo está arquivado no website da Companhia e na plataforma da CVM. Este fundo é aportado pela própria controlada e investidores terceiros, e os recursos poderão ser alocados em direitos de crédito oriundos exclusivamente de contratos de compra e venda de veículos ou contratos de locação. Em 31 de dezembro de 2021, a Simpar possui investido R\$ 60.441 em cotas subordinadas, que representa aproximadamente 20% da carteira do fundo, e é consolidado para fins das demonstrações financeiras.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital social - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado por pessoas físicas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 422.169, dividido em 286.379.070 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. - 29.2. Reserva de lucros retidos e dividendos - Conforme Estatuto Social da Companhia os lucros terão as seguintes destinações: (ii) 5% para formação da reserva legal, limitado a 20% do capital subscrito; (iii) Dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, deduzido da reserva legal; (iv) O lucro remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou R\$ 117.461 de dividendos e juros sobre capital próprio (2020 - R\$ 39.869). O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício anterior, com base na

Plano	Ano da outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção	Volatilidade
VII	2017	249.493	1	9,03	2,02	42,31%
VII	2017	249.493	2	9,03	2,55	42,31%
VII	2017	498.989	3	9,03	3,03	42,31%

Os planos não possuem dividendos esperados.

Movimentação durante os exercícios

Posição em 31 de dezembro de	Quantidade de opções de ações				Preço médio do exercício (R\$)
	Direitos de opções de ações outorgadas	Canceladas	Transferidas	Direitos de ações em circulação	
2019	19.775.224	(59.932)	(4.849.176)	14.866.116	1,80
Transferências aos beneficiários	-	-	(4.297.908)	(4.297.908)	2,70
2020	19.775.224	(59.932)	(9.147.084)	10.568.208	2,25
Transferências aos beneficiários	-	-	(4.271.820)	(4.271.820)	1,93
Outorgas canceladas	-	1.910.888	-	1.910.888	-
2021	19.775.224	1.850.956	(13.418.904)	8.207.276	3,04

Plano	Ano da outorga	Quantidade de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga		Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Exercício de aquisição	Data transferência
					Preço do exercício	Volatilidade						
VIII	2018	83.619	4	8,12	7,66	36,70%	5,82%	2,22%	4 anos	23/04/2021 a 23/04/2022	23/04/2022	
IX	2019	189.534	3	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	4 anos	02/05/2021 a 01/05/2022	01/05/2022	
IX	2019	189.534	4	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	4 anos	02/05/2022 a 01/05/2023	01/05/2023	
X	2020	61.926	2	23,54	23,36	86,85%	6,10%	18,58%	4 anos	04/05/2021 a 03/05/2022	03/05/2022	
X	2020	61.926	3	23,54	23,36	86,85%	6,10%	18,58%	4 anos	04/05/2022 a 03/05/2023	03/05/2023	
X	2020	61.905	4	23,54	23,36	86,85%	6,10%	18,58%	4 anos	04/05/2023 a 03/05/2024	03/05/2024	
XI	2020	14.985	2	23,54	23,39	86,85%	5,25%	18,58%	3 anos	28/04/2021 a 27/04/2022	27/04/2022	

Movimentação durante os exercícios

A tabela a seguir apresenta a quantidade, a média ponderada do valor justo e o movimento dos direitos de ações restritas outorgados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Posição em 31 de dezembro de	Quantidade de opções de ações				Preço médio do exercício (R\$)
	Direitos de opções de ações outorgadas	Canceladas	Transferidas	Direitos de ações em circulação	
2019	4.370.448	-	-	4.370.448	1,83
Outorgas concedidas	2.029.512	-	-	2.029.512	1,73
Transferências aos beneficiários	-	-	(3.296.456)	(3.296.456)	1,70
Outorgas canceladas	-	(483.836)	-	(483.836)	1,69
2020	6.399.960	(483.836)	(3.296.456)	2.619.668	1,74
Transferências aos beneficiários	413.412	-	-	413.412	18,56
Outorgas canceladas	-	(544.771)	-	(544.771)	31,62
2021	6.813.372	(1.028.607)	(3.296.456)	2.488.309	19,04

Foi contabilizado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 631 na rubrica de "Despesas administrativas" a título da remuneração pelos planos de pagamentos baseados em ações, e o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R\$ 21.319 em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, por meio de suas controladas Movida e Vamos, foi reconhecido na rubrica "Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas" o montante de R\$ 10.216 referente a "transações com pagamentos baseados em ações", no patrimônio líquido dos acionistas controladores e R\$ 5.907 na participação de não controladores, totalizando R\$ 16.754 no Consolidado. **29.5. Reserva especial (Simpar)** - Durante os meses de janeiro a agosto de 2020, a Simpar recebeu aportes de capital pela subscrição de ações e pela incorporação das ações da JSL, resultando na valorização do preço médio patrimonial em um total de R\$ 146.074, líquido de impostos, reconhecidos na conta de reserva especial da Simpar. Em 31 de dezembro de 2020 com a oferta de ações da controlada JSL, houve ganho de avaliação patrimonial de R\$ 408.352 registrados na reserva de especial. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo registrado na reserva especial era de R\$ 554.426. Em fevereiro e agosto de 2021, a Simpar realizou a oferta primária, oferta secundária e oferta subsequente da controlada Vamos e reconheceu uma valorização de ganho do preço médio patrimonial de R\$ 1.548.688 líquido de impostos reconhecidos na conta de reserva especial. Em dezembro de 2021, por meio da incorporação de ações da CS Infra, a Simpar registrou R\$ 364.503 na reserva especial conforme descrito na nota explicativa 1.2.4. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da reserva especial é de R\$ 1.612.024. **29.6. Ações em tesouraria (Simpar)** - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Simpar recomprou R\$ 287.618, ao preço médio ponderado de R\$ 11,68 de suas próprias ações, equivalente a 25.375.310 (depois do desdobramento) ações ordinárias, que estão mantidas em tesouraria. Em fevereiro e agosto de 2021, realizou o cancelamento de 13.726.822 (depois do desdobramento) ações ordinárias correspondente a R\$ 146.488, que estavam mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Movida efetuou recompra no montante de R\$ 4.259 ações. Com isso, o saldo de ações em sua tesouraria em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.509, cabendo à Simpar o percentual de sua participação de 63,13% alocados em "outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas". Em 31 de dezembro de 2021 a controlada JSL possui o saldo de ações em tesouraria de R\$ 40.701, sendo que a Companhia possui registrado o percentual de sua participação de 74,04% alocados em "outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas".

30. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são: *i. Transporte de cargas - veículos* - Operação de

Beneficiário	Garantia
Órgãos ligados ao Governo do Estado da Bahia	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Ceará	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Distrito Federal	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Espírito Santo	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Goiás	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Minas Gerais	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Mato Grosso Do Sul	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Mato Grosso	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado da Paraíba	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Pernambuco	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Paraná	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Rio de Janeiro	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Rondônia	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado de São Paulo	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Tocantins	Locação de veículos / gestão com manutenção
Órgãos ligados a diversos estados	Locação de veículos / gestão com manutenção

31. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA, LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE DESMOBILIZADOS

(a) Fluxos de receitas - O Grupo gera receita principalmente pela prestação de serviços, venda de veículos novos, seminovos, peças, comercialização de biogás, locação e venda de ativos desmobilizados.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita da prestação de serviços	4.427.389	1.460.178
Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos	4.353.751	1.662.431
Receita de venda de veículos novos	1.616.891	497.855
Receita de venda de veículos usados	319.810	141.954
Receita de venda de peças e acessórios	296.867	94.601
Outras receitas	292.754	119.988
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	11.307.462	3.977.007
Receita de venda de ativos desmobilizados	2.860.601	1.390.294
Receita líquida total	14.168.063	5.367.301

	Consolidado em 31 de dezembro de 2021				Original	BBC	Ribeira	Ciclus	SPes	Eliminações	Total
	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil							
Receitas de serviços dedicados	1.475.114	-	-	-	-	-	-	367.127	-	(72.951)	1.769.290
Receita de transporte de passageiros	245.189	-	-	91.404	-	-	-	-	-	-	336.593
Receita de transporte de cargas gerais	2.321.506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.321.506
Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos	170.991	2.730.866	953.809	508.585	-	-	-	-	-	(10.500)	4.353.751
Receita de venda de veículos novos	-	-	1.240.655	-	383.579	-	-	-	-	(7.343)	1.616.891
Receita de venda de veículos usados	-	-	122.299	-	198.641	-	-	-	-	(1.130)	319.810
Receita de venda de peças e acessórios	-	-	245.528	-	62.029	-	-	-	-	(10.690)	296.867
Outras receitas	224	125.423	31.058	85.868	43.267	39.798	-	910	(33.794)	-	292.754
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	4.213.024	2.730.866	2.687.714	631.047	730.117	43.267	39.798	367.127	910	(136.408)	11.307.462
Receita de venda de ativos desmobilizados	82.954	2.601.757	135.781	202.580	1.641	-	-	-	-	(164.112)	2.860.601
Receita líquida total	4.295.978	5.332.623	2.823.495	833.627	731.758	43.267	39.798	367.127	910	(300.520)	14.168.063
Tempo de reconhecimento de receita											
Produtos transferidos em momento específico no tempo	82.954	2.601.757	1.744.263	293.984	645.890	-	-	-	-	(183.275)	5.185.573
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	4.213.024	2.730.866	1.079.232	539.643	85.868	43.267	39.798	367.127	910	(117.245)	8.982.490
Receita líquida total	4.295.978	5.332.623	2.823.495	833.627	731.758	43.267	39.798	367.127	910	(300.520)	14.168.063

continua

proposta apresentada pela diretoria e aprovada pelo conselho de administração. O estatuto social da Companhia permite ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Para fins das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **29.3. Participação de não controladores** - O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia em seu consolidado possuía o valor de R\$ 3.770.920 (2020 - R\$ 2.144.978) relacionado a participação de não controladores. **29.4. Transações com pagamento baseado em ações (controlada Simpar)** - A Simpar concedeu planos de pagamentos baseados em ações a executivos dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações - transações de ações do Grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações. Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da Simpar e são compostos da seguinte forma: i. **Planos de opções de ações:** Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços a Simpar para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis na Companhia durante o período de aquisição de direito. Esses planos são calculados com base na média da cotação das ações da Simpar S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento a Companhia do preço de exercício pelo beneficiário ou a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga com o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais do Grupo; (b) alinhar os interesses dos acionistas das empresas do Grupo aos dos colaboradores; e (c) possibilitar as empresas do Grupo atrair e manter a elas vinculados os beneficiários. As ações a serem entregues pela Simpar poderão ser adquiridas pelas controladas pelo valor de mercado. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VII	2017	249.493	1	9,03	2,02	42,31%	11,02%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	249.493	2	9,03	2,55	42,31%	11,15%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
VII	2017	498.989	3	9,03	3,03	42,31%	11,30%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

ii. **Plano de ações restritas:** O plano de ações restritas consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores do Grupo Simpar de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga com o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais do Grupo; (b) alinhar os interesses dos acionistas das empresas do Grupo aos dos colaboradores; e (c) possibilitar as empresas do Grupo atrair e manter a elas vinculados os beneficiários. As ações a serem entregues pela Simpar poderão ser adquiridas pelas controladas pelo valor de mercado. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Quantidade de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Exercício de aquisição	Data transferência
VIII	2018	83.619	4	8,12	7,66	36,70%	5,82%	2,22%	4 anos	23/04/2021 a 23/04/2022	23/04/2022
IX	2019	189.534	3	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	4 anos	02/05/2021 a 01/05/2022	01/05/2022
IX	2019	189.534	4	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	4 anos	02/05/2022 a 01/05/2023	01/05/2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil	Original	BBC	Ribeira	Ciclus	Eliminações	Total
Receitas de serviços dedicados	643.194	-	-	-	-	-	-	153.417	(39.896)	756.715
Receita de transporte de passageiros	107.330	-	-	10.189	-	-	-	-	-	117.519
Receita de transporte de cargas gerais	585.944	-	-	-	-	-	-	-	-	585.944
Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos	113.577	898.534	325.101	328.137	-	-	-	-	(2.918)	1.662.431
Receita de venda de veículos novos	-	-	302.836	-	195.019	-	-	-	-	497.855
Receita de venda de veículos usados	-	-	37.727	-	104.321	-	-	-	(94)	141.954
Receita de venda de peças e acessórios	-	-	73.648	-	26.190	-	-	-	(5.237)	94.601
Outras receitas	-	-	53.099	-	44.284	-	15.042	-	(15.712)	119.988
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	1.450.045	898.534	792.411	338.326	369.814	23.275	15.042	153.417	(63.857)	3.977.007
Receita de venda de ativos desmobilizados	101.330	1.127.735	95.398	111.964	4.413	-	-	-	(50.546)	1.390.294
Receita líquida total	1.551.375	2.026.269	887.809	450.290	374.227	23.275	15.042	153.417	(114.403)	5.367.301
Tempo de reconhecimento de receita										
Produtos transferidos em momento específico no tempo	101.330	1.127.735	509.609	122.153	329.943	-	-	-	(55.877)	2.134.893
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.450.045	898.534	378.200	328.137	44.284	23.275	15.042	153.417	(58.526)	3.232.408
Receita líquida total	1.551.375	2.026.269	887.809	450.290	374.227	23.275	15.042	153.417	(114.403)	5.367.301

32. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo de venda de peças e veículos novos e usados	-	-	(1.899.550)	(643.085)
Custo / despesas com frota (i)	-	-	(405.447)	(152.213)
Custo de venda de ativos desmobilizados (ii)	-	-	(2.078.517)	(1.235.593)
Pessoal e encargos	(5.976)	(2.131)	(2.308.829)	(778.641)
Agregados e terceiros	-	-	(1.149.724)	(475.827)
Depreciação e amortização	(3.983)	(199)	(1.097.754)	(595.997)
Peças, pneus e manutenções	-	-	(703.266)	(270.338)
Combustíveis e lubrificantes, fretes e carretos	-	-	(520.821)	(124.412)
Comunicação, propaganda e publicidade	(22)	(9)	(66.656)	(22.401)
Prestação de serviços	(1.834)	(1.446)	(473.187)	(177.188)
Reversão (provisão) de perdas ("impairment") contas a receber	-	-	(61.892)	(3.329)
Provisão e indenizações judiciais e demandas administrativas	-	-	(33.542)	(31.339)
Energia elétrica	-	-	(40.021)	(19.026)
Resultado na venda de veículos avariados	-	-	(58.698)	(3.946)
Aluguéis de imóveis, condomínios e IPTU	(19)	(17)	(8.802)	(1.178)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(66)	-	(43.302)	(18.199)
Provisão para perdas de valor recuperável ("impairment")	-	-	-	56.149
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (iii)	-	-	562.762	210.292
Crédito de impostos extemporâneos	-	-	149.002	28.266
Despesas sócio-ambientais e crédito de carbono	-	-	(36.589)	-
Outros custos, despesas e receitas, líquidas	16.845	(1.499)	(585.202)	(270.557)
4.945	(5.301)	(10.860.035)	(4.528.562)	
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	-	-	(7.448.933)	(2.979.326)
Custo de venda de ativos desmobilizados (ii)	-	-	(2.077.780)	(1.235.593)
Despesas comerciais	-	(9)	(474.274)	(175.598)
Despesas administrativas	(15.355)	(5.292)	(928.406)	(312.337)
Provisão perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-	-	(56.164)	(3.329)
Reversão de provisão para perdas de valor recuperável de ativos não financeiros	-	-	-	202.098
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20.300	-	125.522	(24.477)
4.945	(5.301)	(10.860.035)	(4.528.562)	

(i) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frota utilizadas nas operações; (ii) O custo na venda de ativos desmobilizados se refere aos veículos que foram utilizados na prestação de serviços logísticos e locações; (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo reconheceu créditos extemporâneos relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS de R\$ 145.135, sendo R\$ 90.024 de principal e R\$ 55.111 de atualização monetária. A Administração, amparada por seus assessores jurídicos, considera esses créditos adequados de acordo com a legislação e jurisprudência jurídica.

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	2.778	301	-	134.267
Receita de variação monetária	-	-	13.557	5.709
Juros recebidos	44	-	33.320	22.217
Ganho na liquidação antecipada de swaps	-	-	-	2.488
Varição cambial	-	-	-	89.715
Outras receitas financeiras	5.793	8.716	68.482	23.179
Receita financeira total	8.615	413	779.929	277.575
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(20.316)	(3.851)	(2.101.823)	(553.521)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos a pagar	-	-	(18.251)	25
Juros de risco sacado - montadoras	-	-	(1.030)	(15.118)
Varição cambial	-	-	(107.662)	-
Resultado na apuração dos swaps, líquido	(28.704)	-	301.026	(48.845)
Despesa total do serviço da dívida	(49.020)	(3.851)	(1.927.740)	(617.459)
Juros sobre arrendamentos por direito de uso	-	-	(69.956)	(28.917)
Juros passivos	(167)	-	(46.799)	(17.326)
Outras despesas financeiras	(126)	(877)	(60.267)	71.398
Despesa financeira total	(49.313)	(4.728)	(2.104.762)	(592.304)
Resultado financeiro líquido	(40.698)	5.148	(1.324.833)	(314.729)

34. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos sócios da Companhia pela quantidade média ponderada das ações durante o exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício atribuído aos sócios	494.574	167.869
Quantidade média ponderada das ações	286.379.070	286.379.070
Lucro básico por ação - R\$	1,73	0,59

35. ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Grupo como arrendador - O Grupo por meio dos segmentos Vamos, Movidia e CS Brasil possui contratos de locação de veículos, máquinas e equipamentos que são classificados como arrendamento operacional com prazos de vencimento até 2030. Esses contratos normalmente têm prazo de vigência que variam de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação, ao término da vigência. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Vamos	1.693.502	1.534.521	-	32.606	1.060.371	1.308.942	5.629.942
Movida	525.100	481.805	375.841	73.234	5.430	239	1.461.650
CS Brasil	331.398	219.684	73.832	3.025	-	-	627.939
Total	2.550.000	2.236.010	449.673	108.865	1.065.801	1.309.181	7.719.531

36. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Grupo faz aquisições de veículos para renovação e

expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições de imobilizado no exercício	12.162.402	5.875.196
Adições sem desembolso de caixa:		
Adições financiadas por arrendamentos a pagar, FINAME e risco sacado a pagar – montadoras	(103.852)	(782.521)
Adições de arrendamentos por direito de uso (nota 22)	(506.648)	(247.470)
Adições do exercício líquidas com fluxos de caixa		
Varição no saldo de fornecedores, <i>reverse factoring</i> e montadoras de veículos a pagar	(1.257.693)	(220.732)
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	10.294.209	4.624.473
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional para locação	10.084.996	4.460.520
Imobilizado	209.213	163.953
Total	10.294.209	4.624.473

36.1. Informações suplementares do fluxo de caixa – Aquisições e incorporações de empresas - Abaixo está demonstrados o valor pago à vista líquido dos caixas das adquiridas:

	Valor total do preço pago à vista	Saldo adquirida de caixa e equivalentes de caixa	Aquisição de empresas, líquido de caixa no consolidado
TPC	66.010	11.749	54.261
Rodomeu	29.100	33.776	(4.676)
Marvel	100.000	26.781	73.219
Vox	16.096	2.247	13.849
Monarca	-	3.373	(3.373)
BMB	15.458	5.868	9.590
Total	226.664	83.794	142.870

Demonstrações dos fluxos de caixa:

Aquisição de empresas, líquido de caixa no consolidado

Conforme apresentado na nota 1.2.4, através das incorporações das ações da CS infra foi recebido um caixa de R\$ 318.443 pela troca das ações da Simpar, portanto, não houve desembolso de caixa na transação.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Simpar - (i) Deliberação de dividendos adicionais - No balanço patrimonial e nas demonstrações de mutação do patrimônio de 31 de dezembro de 2021, foi contabilizado o valor dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 206.595, descontando o Imposto Retido na Fonte na distribuição de juros sobre capital próprio deliberada em 16 de dezembro de 2021. Em 21 de fevereiro de 2022 foi aprovada a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que prevê a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 510.912. Deste valor será subtraído o valor total dos juros sobre capital próprio de R\$ 84.274, ficando a distribuir o valor de R\$ 426.638. **(ii) Aumento de Participação na controlada Movidia** - Em 07 de abril de 2022, A Simpar adquiriu 3.347.800 ações da controlada Movidia ao preço médio de R\$ 17,36, totalizando R\$ 58.110 de compra definitiva com liquidação física e financeira em data futura sob forma de "termo de ações" na B3 e termo sintético, como resultado desta operação a Simpar passou a ter um investimento na Movidia de 65,18% de participação societária. A Simpar esclarece que o aumento de participação é consequência, estritamente, de estratégia de investimento, não tendo por objetivo a alteração do controle acionário, que já é detido majoritariamente pela Simpar. **b) Movidia - (i) Alteração do Instrumento Particular de Escritura - Debêntures** - Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 05 de janeiro de 2022 foi aprovado ratificação da transferência, pela CS Brasil Participações, de todos e quaisquer direitos e obrigações por ela assumidos no âmbito das Debêntures, para a CS Brasil Holding, em decorrência de sucessão legal, nos termos do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CS Brasil Participações e Locações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela CS Brasil Holding e Locação S.A." celebrado em 24 de junho de 2021 entre CS Brasil Participações e CS Brasil Holding ("Protocolo de Cisão Parcial"), de modo que (a) a CS Brasil Holding passará a figurar como emissora das Debêntures; e (b) a Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia fluante e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da CS Brasil Holding ("Reorganização Societária Permitida"); (ii) a alteração do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Fluante e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("Escritura de Emissão") para alterar: (i) o título da Escritura de Emissão, que passará a ser denominada como "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Fluante e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CS Brasil Holding e Locação S.A."; (ii) bem como as demais referências e/ou dados cadastrais ao longo da Escritura de Emissão, a fim de refletir o ingresso da Emissora Ingressante na qualidade de nova Emissora; (iii) a Cláusula 3.1 à Escritura de Emissão, a fim de refletir o objeto social da Emissora Ingressante como atual Emissora das Debêntures. **(ii) Deliberação de dividendos adicionais** - Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2022 ratificou sua pretensão em levar para aprovação da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em abril de 2022, a distribuição de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 217.732 totalizando os R\$ 307.000 de dividendos a serem pagos e que se somam aos dividendos intermediários distribuídos ao longo de 2021. **(iii) 9ª emissão de debêntures simples** - A Movidia Locação emitiu em 22 de março de 2022 com liquidação em 05 de abril de 2022, a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia fluante, em série única no valor total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), com vencimento em 05 de abril de 2027, sendo as amortizações realizadas a partir do quarto ano, em duas parcelas (2026 e 2027). Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,95% ao ano, amortizados semestralmente e com apuração dos índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. **c) JSL - Deliberação de dividendos adicionais** - Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022 foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que inclui a distribuição de dividendos no total de R\$ 100.000. Deste montante, R\$ 38.505 (líquido do imposto de renda retido na fonte) foi destinado à distribuição através de juros sobre capital próprio. **d) Original - (i) Aquisições da UAB Motors Participações Ltda ("UAB Motors") e Sagamar Serviços, Administração e Participações Ltda. ("Sagamar")**. Em novembro e dezembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% da UAB Motors e da Sagamar, conforme anunciado em fato relevante, para a conclusão da operação há condições precedentes, que até a emissão destas demonstrações financeiras não foram concluídas. **(ii) Aquisição da Autostar Comercial e Importadora Ltda. ("Autostar")** - Em 29 de abril de 2022, a Original celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% da Autostar. A aquisição da Autostar fortalece o posicionamento da Original Holding no segmento de veículos e motocicletas de alto luxo, por meio do aumento no mix de marcas, produtos e serviços além de registrar a entrada da empresa no segmento de blindagem de veículos, com a SBR. Dessa forma, passam a fazer parte do portfólio da Original Holding as marcas: BMW (3 lojas), Volvo (2 lojas), Harley Davidson (2 lojas), assim como Jaguar/Land Rover, Mini, Chrysler/Jeep/Dodge/Ram, Triumph e KTM localizadas em São Paulo – SP. A Autostar foi avaliada em R\$ 364.100 (trezentos e sessenta e quatro milhões e cem mil reais) de *Equity Value*. O pagamento das quotas será realizado 50% em dinheiro e 50% em ações da Original Holding, resultando em uma participação conjunta dos vendedores da Autostar equivalente a 15,4% da Original Holding. O fechamento da Transação está condicionado ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a anuência das Montadoras.

DIRETORIA

Fernando Antonio Simões
Diretor Presidente

CONTADOR

Marcel E. Barbosa
Contador CRC 1SP22832/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

JSP Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da JSP Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da JSP Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSP Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota explicativa 1.5, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 3 de maio de 2021, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2021, examinamos também os ajustes descritos na Nota 1.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia